

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREÂMBULO

I. Regência legal:				
Esta licitação será regida pela Lei nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos Municipais nº 056/2024, nº 001/2025 e nº 107/2026, pela Portaria GAB/PGM/SEAD nº 007/2026, quando aplicável, e pelas demais normas pertinentes.				
II. Repartição interessada:				
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ DE JUAZEIRO/BA				
III. Número de ordem:		IV. Processo Licitatório nº:		
Pregão Eletrônico nº 043/2026 - Sistema de Registro de Preços.		Processo Administrativo nº 227/2026 — Sistema de Registro de Preços		
V. Objeto:				
Registro de preços para contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de locação de sistema de rádios comunicadores com manutenção preventiva e corretiva, locação de repetidora digital e analógica com kit de instalação e locação de torre de telecomunicação de 30m para sustentação de antena, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã do Município de Juazeiro/BA.				
VI. Critério de Julgamento:		VII. Local, prazo e condições de execução:		
Menor preço global do lote único, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.		Os equipamentos portáteis (HTs) e móveis deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 14:00h, na sede da Secretaria de Segurança Cidadã, situada na Rodovia Lomanto Júnior, BR 407, S/N, Prédio do Antigo DETRAN, Juazeiro – Bahia, CEP: 48.903-440, conforme demanda da Secretaria, com prazo de entrega dos equipamentos em até 10 dias corridos, contados do recebimento da Ordem de serviço formal emitida pela Administração.		
VIII. Forma/regime de execução:		IX. Prazo de vigência da Ata de Registro De Preços:		
Os serviços serão executados de forma contínua, sob demanda da Administração, em regime de empreitada por preço unitário, conforme previsto no Termo de Referência.		A Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.		
X. Local, data e horário para início da sessão pública da licitação:				
DATA DA DISPUTA: 13/10/2026				
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 09h				
ÓRGÃO: Secretaria Municipal De Segurança Cidadã				
LOCAL: www.bll.org.br - “Acesso Identificado”				
XI. Dotação orçamentária:				
ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
02	2323	2123	33.90.39	1500
XII. Condição de Participação:				
A participação será de ampla concorrência, considerando que o objeto será disputado e adjudicado em lote único, cujo valor global estimado é de R\$ 171.600,00 (cento e setenta e um mil e seiscentos reais), assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 4º da Lei nº 14.133/2021.				
XIII. Esclarecimentos sobre este edital e responsável:				
Os esclarecimentos deverão ser formalizados na Bolsa de Licitações do Brasil — BLL, no endereço www.bll.org.br , na página do respectivo processo licitatório, sem prejuízo dos demais canais oficiais indicados pela Administração. Pregoeiro: Andressa De Alencar Silva				

1. DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Identificação do certame

1.1.1. O Município de Juazeiro/BA, por meio da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento pelo menor preço global do lote único, conforme as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1.1.2. A sessão pública será realizada por meio da plataforma eletrônica Bolsa de Licitações do Brasil — BLL, disponível em www.bll.org.br, com acesso identificado dos licitantes.

1.1.3. O certame será conduzido pelo Pregoeiro designado, auxiliado pela equipe de apoio, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

1.2. Quadro resumo do certame

Evento	Informação
Recebimento das Propostas	Das 08h do dia 28/09/2026 às 08h do dia 13/10/2026
Abertura e Julgamento das Propostas	A partir das 08h01min do dia 13/10/2026
Sessão de Disputa de Preços:	09h do dia 13/10/2026
Referência de Tempo	Horário de Brasília (DF)
Local:	www.bll.org.br “Acesso Identificado”
Modo de Disputa	Aberto e fechado
Formalização de Consultas/Encaminhamentos	Via plataforma BLL
Órgão	Secretaria Municipal De Segurança Cidadã
Pregoeiro	Andressa De Alencar Silva

1.3. Objeto

1.3.1. O objeto desta licitação é o registro de preços para contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de locação de sistema de rádios comunicadores com manutenção preventiva e corretiva, locação de repetidora digital e analógica com kit de instalação e locação de torre de telecomunicação de 30m para sustentação de antena, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã do Município de Juazeiro/BA.

1.4. Natureza da contratação

1.4.1. A contratação possui natureza de prestação de serviços comuns, exceto engenharia, **contínuos**, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados conforme demanda, condições e níveis de serviço definidos no Termo de Referência.

1.4.2. A presente contratação não envolve dedicação exclusiva de mão de obra, não havendo alocação contínua de empregados da contratada nas dependências da Administração em regime de subordinação, pessoalidade ou controle direto de jornada pela Administração.

1.5. Critério de julgamento e forma de adjudicação

1.5.1. O critério de julgamento será o de menor preço global do lote único, considerando o valor total da proposta para o período de 12 meses, conforme definido no Termo de Referência e no quadro de composição do lote constante deste Edital.

1.5.2. O lote único será adjudicado integralmente ao licitante que apresentar o menor preço global, desde que sua proposta atenda às especificações técnicas, aos preços máximos admitidos, às condições de execução e às demais exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1.6. Orçamento estimado

1.6.1. O orçamento estimado da contratação será tratado como público, conforme decisão motivada constante dos autos e nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021.

1.7. Anexos integrantes

1.7.1. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os anexos relacionados no capítulo 20.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. Adoção do Sistema de Registro de Preços

2.1.1. A presente licitação será processada pelo Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual prestação de serviços descritos no Termo de Referência.

2.2. Órgão gerenciador

2.2.1. A Secretaria Municipal De Segurança Cidadã atuará como órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços.

2.2.3. As regras sobre órgãos participantes, adesões, gestão, revisão e cancelamento dos preços registrados constam da minuta da Ata, anexa a este edital.

2.3. Prestação dos serviços sob demanda

2.3.1. A prestação dos serviços ocorrerá conforme a necessidade administrativa, a disponibilidade orçamentária e as Ordens de Serviço emitidas pela Administração.

2.3.2. A Administração não fica obrigada a contratar a totalidade dos quantitativos estimados ou registrados.

2.4. Vigência da Ata

2.4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.5. Compromisso de prestação dos serviços e ausência de obrigação de contratação

2.5.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de prestação dos serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

2.6. Divulgação dos preços registrados

2.6.1. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

3.1. Plataforma utilizada

3.1.1. Para participar do pregão eletrônico, o interessado deverá estar previamente credenciado na plataforma BLL, observadas as regras de cadastro e acesso estabelecidas pelo provedor do sistema.

3.1.2. O cadastro no sistema deverá ser feito junto à Bolsa de Licitações do Brasil, no sítio www.bll.org.br, por meio de certificado digital.

3.2. Responsabilidade pelo credenciamento e uso do sistema

3.2.1. O credenciamento presume a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados no sistema e pela autenticidade das informações prestadas.

3.2.2. O licitante é responsável por todas as transações realizadas em seu nome no sistema eletrônico. As propostas, lances e manifestações registradas serão considerados firmes e verdadeiros, ainda que realizadas por representante credenciado.

3.2.3. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.

3.3. Atualização cadastral

3.3.1. O licitante deverá manter seus dados cadastrais atualizados na plataforma BLL, corrigindo eventuais inconsistências antes da abertura da sessão pública.

3.3.2. A inconsistência cadastral que impeça a verificação das condições de participação ou de habilitação poderá ensejar inabilitação, assegurada a possibilidade de saneamento quando admitida pela Lei nº 14.133/2021.

3.4. Cadastro da proposta e declarações sistêmicas

3.4.1. Antes da abertura da sessão, o licitante deverá cadastrar sua proposta inicial e as declarações exigidas pelo sistema.

3.4.2. Os documentos de habilitação serão exigidos no momento próprio, conforme as regras deste edital.

3.5. Segurança do sistema

3.5.1. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.6. Suporte operacional

3.6.1. Dúvidas operacionais sobre a plataforma BLL poderão ser esclarecidas diretamente com o provedor do sistema, pelos canais de atendimento disponibilizados em seu sítio eletrônico.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Quem poderá participar

4.1.1. Poderão participar deste pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com a prestação dos serviços objeto da licitação e que estejam regularmente credenciados na plataforma eletrônica.

4.2. Participação de ME/EPP e equiparados

4.2.1. A participação no lote único será de ampla concorrência, considerando que o valor global estimado da contratação é de R\$ 171.600,00 (cento e setenta e um mil e seiscentos reais), superior ao limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, sem prejuízo da aplicação dos demais benefícios legalmente assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte.

4.2.2. O tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 será concedido às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados legais que atendam aos requisitos de enquadramento e não incidam nas vedações legais, especialmente as previstas no art. 4º, §§ 1º a 3º, da Lei nº 14.133/2021.

4.2.3. O licitante enquadrado como ME/EPP ou equiparado legal deverá declarar essa condição em campo próprio do sistema, para fins de aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

4.2.4. A licitante que não declarar seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte não terá direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, inclusive quanto ao empate ficto e à regularização fiscal e trabalhista.

4.2.5. O licitante enquadrado como ME/EPP deverá manter essa informação atualizada no sistema, sob pena de não usufruir automaticamente dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

4.3. Cooperativas

4.3.1. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. Impedimentos de participação

4.4.1. Não poderão participar da licitação os interessados que se enquadrem nas hipóteses impeditivas previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 ou em outras vedações legais aplicáveis.

4.4.2. As vedações relacionadas à elaboração de estudos, projetos, especificações ou documentos técnicos aplicam-se apenas quando tais atividades puderem gerar vantagem competitiva indevida ou comprometer a isonomia do certame.

4.4.3. Não poderá participar agente público do órgão ou entidade licitante.

4.4.4. Não poderão participar Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público — OSCIP, atuando nessa condição.

4.4.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Sanções impeditivas e tentativa de burla

4.5.1. Também ficará impedido de participar o licitante que atue em substituição a pessoa física ou jurídica sancionada, com o objetivo de burlar os efeitos da penalidade aplicada, desde que comprovada a fraude ou o uso indevido da personalidade jurídica.

4.6. Grupo econômico e organismos internacionais

4.6.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico, quando aplicável ao caso concreto.

4.6.2. Em contratações vinculadas a projetos financiados por organismos internacionais, também deverão ser observadas as restrições de participação previstas nos respectivos instrumentos de financiamento, quando aplicáveis.

4.7. Consórcios

4.7.1. A participação de empresas em consórcio será **vedada**, conforme justificativa constante da fase preparatória.

4.7.1.1. A vedação acima justifica-se em razão das características do objeto da contratação. Trata-se de objeto de natureza comum, cujas soluções tecnológicas e serviços correlatos são amplamente ofertados por empresas especializadas no mercado nacional, inexistindo elevado grau de complexidade técnica, operacional ou financeira que exija a reunião de capacidades de duas ou mais empresas para sua adequada execução.

4.7.1.2. Além disso, a admissão de consórcios, no presente caso, poderia acarretar maior complexidade na gestão e fiscalização contratual, especialmente quanto à definição de responsabilidades entre as empresas consorciadas, à apuração de eventuais inadimplementos e à execução das obrigações de manutenção e suporte técnico contínuo, sem que isso represente qualquer ganho de eficiência para a Administração.

4.7.1.3. Verifica-se, ainda, que o mercado é composto por diversas empresas aptas a executar integralmente o objeto licitado de forma individual, circunstância que assegura a ampla competitividade do certame, não havendo risco de restrição indevida ao universo de licitantes.

4.7.1.4. Dessa forma, considerando a natureza do objeto, a existência de mercado suficientemente competitivo, a baixa complexidade da contratação e o princípio da eficiência administrativa, conclui-se que a vedação à participação de empresas em consórcio mostra-se medida adequada, proporcional e suficiente para atender ao interesse público, em conformidade com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.8. Verificação de sanções impeditivas

4.8.1. A existência de sanção impeditiva será avaliada conforme o alcance da penalidade, o ente sancionador e as hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurada manifestação prévia do licitante.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL E DA PROPOSTA FINAL

5.1. Regra geral de apresentação da proposta

5.1.1. Nesta licitação, a fase de julgamento das propostas e lances antecederá a fase de habilitação. A habilitação será exigida apenas do licitante provisoriamente vencedor.

5.1.2. As propostas deverão ser encaminhadas exclusivamente pelo sistema eletrônico, até a data e o horário previstos neste edital. Encerrado esse prazo, o sistema bloqueará automaticamente o envio ou a substituição das propostas.

5.1.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

5.1.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.1.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.2. Declarações no cadastramento da proposta

5.2.1. No cadastramento da proposta, o licitante declarará o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade da proposta com as exigências do edital.

5.2.2. A falsidade de qualquer declaração, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital.

5.3. Conteúdo da proposta eletrônica

5.3.1. O envio da proposta pelo sistema eletrônico implica aceitação integral das condições do edital e responsabilidade do licitante pelas informações, preços e especificações apresentados.

5.3.2. A proposta deverá indicar o preço ofertado, a descrição do serviço, a unidade de medida, a forma de execução, os quantitativos estimados e, quando exigido no Termo de Referência, a metodologia, equipe mínima, insumos, equipamentos e demais elementos necessários à identificação objetiva da solução ofertada.

5.3.3. O licitante deverá preencher, no sistema eletrônico, os campos relativos ao preço unitário, mensal, total ou global, conforme o critério de julgamento, observadas as unidades de medida previstas no Termo de Referência.

5.3.4. Todas as condições de execução, especificações, metodologia, produtividade, equipe, materiais, insumos e demais elementos constantes da proposta vinculam a futura contratada.

5.3.5. Os preços propostos deverão incluir todos os custos necessários à execução integral dos serviços, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, deslocamentos, equipamentos, materiais, insumos, seguros, administração, lucro e demais despesas diretas ou indiretas.

5.3.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.3.7. Os serviços deverão atender integralmente às especificações e condições de execução contidas no Termo de Referência.

5.3.8. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.3.9. É vedada a identificação do licitante na proposta antes do encerramento da fase competitiva, sob pena de desclassificação e apuração de responsabilidade, quando cabível.

5.4. Proposta de preços conforme Anexo II

5.4.1. O licitante deverá apresentar proposta de preços conforme modelo constante do Anexo II, observadas as especificações do Termo de Referência.

5.4.2. Na proposta escrita, deverá conter:

- I — Razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail da licitante, conforme cadastro perante a Receita Federal do Brasil;
- II — Número do pregão eletrônico e do processo administrativo;
- III — Número de registro empresarial, quando aplicável, ou documento equivalente de constituição da empresa;
- IV — Descrição dos serviços ofertados, em conformidade com o Termo de Referência, contendo informações suficientes para identificação objetiva da solução, metodologia, unidade de medida, quantitativos e forma de execução;
- V — Preço unitário, mensal, total ou global, conforme o critério de julgamento, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais;
- VI — Declaração de que os preços ofertados incluem todos os custos necessários à execução integral dos serviços. A planilha de custos e formação de preços poderá ser exigida na proposta, quando prevista no Termo de Referência, ou em diligência de exequibilidade;
- VII — Quando aplicável, indicação de equipe mínima, materiais, equipamentos, insumos, licenças, autorizações, certificações ou registros necessários à execução dos serviços, conforme exigido no Termo de Referência;
- VIII — Data e local da assinatura da proposta;
- IX — Assinatura do representante legal ou procurador, com indicação de nome, CPF, cargo/função e e-mail.

5.4.3. O proponente será responsável por quaisquer ônus decorrentes de licenças, autorizações, direitos autorais, registros, certificações, equipamentos, sistemas ou tecnologias necessárias à execução dos serviços, quando aplicáveis.

5.4.4. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, não se admitindo cotação em moeda estrangeira.

5.5. Custos inclusos na proposta

5.5.1. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os custos e encargos necessários à execução dos serviços até seu aceite definitivo pela Administração.

5.5.2. A futura contratada assumirá todos os custos necessários à execução dos serviços, inclusive mão de obra sem dedicação exclusiva, encargos, materiais, equipamentos, deslocamentos, tributos, seguros, correções, refazimento de serviços recusados e demais despesas previstas no Termo de Referência.

5.6. Parametrização de valor mínimo

5.6.1. Quando o sistema permitir, o licitante poderá cadastrar valor mínimo final, observadas as regras da plataforma e os intervalos mínimos de lances definidos neste edital.

5.6.2. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.6.3. Os lances poderão ser de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem anterior.

5.6.4. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema.

5.6.5. O valor mínimo parametrizado será sigiloso para os demais licitantes e para a Administração, podendo ser acessado apenas pelos órgãos de controle, quando necessário.

5.7. Proposta final ajustada

5.7.1. O licitante declarado vencedor deverá encaminhar proposta final ajustada ao último lance ou valor negociado, no prazo de até 2 (duas) horas, contado da convocação no sistema.

5.7.2. A proposta final deverá ser apresentada em meio eletrônico, em língua portuguesa, sem rasuras que comprometam sua compreensão, assinada pelo representante legal ou procurador.

5.7.3. A proposta final deverá conter os valores ajustados ao lance ou à negociação, conforme o critério de julgamento. Quando exigido no Termo de Referência, deverá ser acompanhada de planilha de custos, composição de materiais, equipamentos, insumos, despesas operacionais e demais custos necessários à execução.

5.7.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.

5.7.5. Todas as especificações e condições de execução constantes da proposta vinculam a contratada.

5.7.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com indicação do valor unitário, mensal, total ou global, conforme o critério de julgamento.

5.7.7. Em caso de divergência entre preço unitário e preço total, prevalecerá o preço unitário, promovendo-se a correção aritmética, desde que não haja majoração do valor final ofertado.

5.7.8. A proposta deverá ser firme, precisa e limitada ao objeto licitado, sem alternativas de preço ou condições que comprometam o julgamento objetivo.

5.7.9. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

5.8. Garantia da proposta

5.8.1. Disposições gerais

5.8.1.1. Será exigida, como requisito de pré-habilitação, garantia da proposta no valor de R\$ 1.716,00 (mil setecentos e dezesseis reais), correspondente a 1% do valor estimado da contratação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

5.8.1.2. A garantia deverá ser apresentada até a data e o horário previstos para a abertura da sessão pública, em uma das modalidades estabelecidas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

5.8.1.3. A ausência de apresentação da garantia da proposta no prazo previsto no subitem anterior, bem como a apresentação de garantia inexistente, intempestiva, insuficiente, sem vinculação ao certame ou juridicamente inválida, acarretará a não admissão da proposta no certame, com sua consequente desclassificação, por descumprimento de requisito de pré-habilitação.

5.8.1.4. A Administração poderá realizar diligência exclusivamente para confirmar autenticidade, validade, tempestividade, suficiência de valor, vinculação ao certame ou saneamento de erro formal relativo à garantia ou ao documento comprobatório já apresentado ou comprovadamente existente até o prazo final de envio da proposta inicial, vedada a constituição posterior da garantia, a substituição de garantia inexistente no prazo devido ou a inclusão tardia de documento essencial não preexistente.

5.8.1.5. A garantia da proposta poderá ser prestada, à escolha do licitante, por uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

I — caução em dinheiro;

II — caução em títulos da dívida pública;

III — seguro-garantia;

IV — fiança bancária;

V — título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

5.8.1.6. A exigência de garantia da proposta deverá estar justificada na fase preparatória, especialmente em razão da essencialidade do objeto, da necessidade de assegurar a seriedade das propostas e da mitigação do risco de desistência injustificada após a etapa competitiva.

5.8.2. Caução em dinheiro

5.8.2.1. Na hipótese de caução em dinheiro, o licitante deverá efetuar depósito ou transferência bancária em favor da Administração Pública, na seguinte conta:

Campo	Informação
Banco	Caixa Econômica Federal
Código do Banco	104
Agência	0080
Operação	006
Conta Corrente	71075-5
Favorecido	Município de Juazeiro
CNPJ	13915632000127

5.8.2.2. O licitante deverá anexar ao sistema, juntamente com a proposta inicial, o respectivo comprovante bancário, de forma legível, contendo, no mínimo:

- I — identificação do licitante e respectivo CNPJ;
- II — identificação do favorecido;
- III — valor depositado ou transferido;
- IV — data da operação;
- V — autenticação bancária ou código de confirmação da transação;
- VI — indicação do número da licitação, e dos itens.

5.8.2.3. Não será aceito comprovante de mero agendamento de pagamento, transferência ou depósito. A garantia somente será considerada válida após a efetiva confirmação do crédito em conta da Administração.

5.8.3. Caução em títulos da dívida pública

5.8.3.1. Na hipótese de caução em títulos da dívida pública, o licitante deverá anexar ao sistema, juntamente com a proposta inicial, documentação que comprove:

- I — que os títulos são de titularidade do licitante;
- II — que foram emitidos sob a forma escritural;
- III — que estão registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;
- IV — que foram avaliados por seu valor econômico;
- V — que estão vinculados ou caucionados em favor da Administração para fins de garantia da proposta;
- VI — que o valor econômico dos títulos corresponde, no mínimo, ao valor exigido neste edital.

5.8.3.2. A Administração poderá recusar títulos sem comprovação de titularidade, sem registro regular, sem avaliação econômica idônea ou que não estejam formalmente vinculados à presente licitação.

5.8.4. Seguro-garantia

5.8.4.1. Na hipótese de seguro-garantia, o licitante deverá anexar ao sistema, juntamente com a proposta inicial, a respectiva apólice, emitida por seguradora autorizada a funcionar no País, contendo, no mínimo:

- I — identificação da seguradora;
- II — número da apólice;
- III — identificação do tomador, correspondente ao licitante;
- IV — identificação do segurado/beneficiário, correspondente à Administração Pública;
- V — número da licitação e descrição do objeto garantido;
- VI — valor segurado, correspondente, no mínimo, ao valor exigido neste edital;
- VII — prazo de vigência compatível com o prazo de validade da proposta;

VIII — cobertura para a hipótese de recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou não apresentar os documentos exigidos para a contratação;

IX — condições gerais, especiais e particulares da apólice;

X — meio de verificação de autenticidade da apólice.

5.8.4.2. A apólice deverá permitir sua conferência junto à seguradora emitente e, quando aplicável, junto ao sistema de consulta da Superintendência de Seguros Privados — SUSEP.

5.8.4.3. Não será aceita apólice que contenha cláusulas que impeçam ou dificultem injustificadamente a execução da garantia pela Administração nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital.

5.8.4.4. A ausência de pagamento do prêmio pelo tomador não poderá ser oposta à Administração para fins de afastar a cobertura securitária, devendo a apólice observar as normas aplicáveis ao seguro-garantia.

5.8.5. Fiança bancária

5.8.5.1. Na hipótese de fiança bancária, o licitante deverá anexar ao sistema, juntamente com a proposta inicial, carta de fiança emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, contendo, no mínimo:

I — identificação da instituição financeira fiadora;

II — identificação do licitante afiançado;

III — identificação da Administração Pública como beneficiária;

IV — número da licitação e descrição do objeto garantido;

V — valor afiançado, correspondente, no mínimo, ao valor exigido neste edital;

VI — prazo de vigência compatível com o prazo de validade da proposta;

VII — declaração expressa de responsabilidade da instituição financeira pelo pagamento da garantia nas hipóteses previstas no edital;

VIII — renúncia expressa ao benefício de ordem previsto no art. 827 do Código Civil;

IX — assinatura dos representantes legais da instituição financeira, com identificação dos signatários;

X — meio de verificação de autenticidade da carta de fiança.

5.8.5.2. Não será aceita carta de fiança emitida por pessoa jurídica que não seja banco ou instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.

5.8.5.3. A Administração poderá diligenciar junto ao Banco Central do Brasil, à instituição financeira emissora ou por outro meio idôneo, para verificar a autenticidade, validade e regularidade da carta de fiança apresentada.

5.8.6. Título de capitalização

5.8.6.1. Na hipótese de título de capitalização, o licitante deverá anexar ao sistema, juntamente com a proposta inicial, documentação comprobatória emitida por sociedade de capitalização autorizada a funcionar no País, contendo, no mínimo:

I — identificação da sociedade emissora;

II — identificação do licitante titular/subscritor;

III — identificação da Administração Pública como beneficiária ou favorecida da garantia;

IV — número da licitação e descrição do objeto garantido;

V — comprovação de custeio por pagamento único;

VI — comprovação de que o título permite resgate pelo valor total;

VII — valor do título, correspondente, no mínimo, ao valor exigido neste edital;

VIII — prazo de vigência compatível com o prazo de validade da proposta;

IX — condições gerais do título;

X — documento de cessão, vinculação ou autorização de resgate em favor da Administração, para execução da garantia nas hipóteses previstas neste edital;

XI — meio de verificação de autenticidade e regularidade do título.

5.8.6.2. Não será aceito título de capitalização que não comprove pagamento único, resgate pelo valor total ou vinculação efetiva em favor da Administração Pública.

5.8.7. Execução e devolução da garantia da proposta

5.8.7.1. A garantia da proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, nos termos do art. 58, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.8.7.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou a não apresentação dos documentos exigidos para a contratação, implicará a execução integral da garantia da proposta, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5.8.7.3. A garantia da proposta não se confunde com a garantia contratual eventualmente exigida para a execução do contrato, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.8.7.4. Caso o licitante vencedor venha a prestar garantia contratual após a assinatura do contrato, a garantia da proposta será devolvida na forma prevista neste edital, não podendo ser automaticamente convertida em garantia contratual sem manifestação expressa do contratado e concordância da Administração.

5.8.8. Disposições finais sobre a garantia da proposta

5.8.8.1. A Administração analisará a garantia apresentada quanto à sua existência, tempestividade, autenticidade, validade, suficiência de valor, vigência, regularidade formal e vinculação ao presente certame.

5.8.8.2. A falta de anexação da garantia no sistema juntamente com a proposta inicial ensejará a desclassificação do licitante, salvo quando, mediante diligência, ficar comprovado que a garantia foi regularmente constituída ou prestada dentro do prazo de apresentação da proposta inicial, hipótese em que poderão ser sanadas apenas falhas formais de comprovação, autenticidade ou vinculação.

5.8.8.3. É vedada a apresentação posterior de nova garantia, a constituição tardia da garantia ou a substituição de garantia inexistente, intempestiva, insuficiente ou juridicamente inválida no prazo originalmente previsto para apresentação da proposta inicial.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DO MODO DE DISPUTA E DOS LANCES

6.1. Abertura da sessão pública

6.1.1. A sessão pública será aberta na data e horário indicados neste edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.1.3. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública, sendo responsável por eventuais perdas decorrentes de sua desconexão ou da inobservância das mensagens emitidas.

6.2. Sessão pública eletrônica

6.2.1. A sessão pública será processada em ambiente eletrônico, por meio do sistema indicado neste edital, que constituirá o meio oficial para a prática dos atos do certame, para as comunicações entre a Administração e os licitantes e para a divulgação dos eventos ocorridos no curso do procedimento.

6.2.2. A participação na presente licitação implica ciência, pelos licitantes, de que lhes compete acompanhar, por sua conta e risco, todos os atos e comunicações praticados no sistema eletrônico, desde a abertura da sessão pública até a homologação do certame, não cabendo alegação de desconhecimento em razão da ausência de acompanhamento do ambiente eletrônico oficial.

6.2.3. As mensagens, avisos, convocações, solicitações, suspensões, reaberturas e demais comunicações lançadas no campo próprio do sistema eletrônico terão plena validade para todos os fins de direito.

6.3. Verificação inicial das propostas

- 6.3.1. O Pregoeiro verificará as propostas cadastradas e desclassificará, de forma motivada, aquelas que contenham vícios insanáveis, não atendam às especificações do Termo de Referência ou contrariem as condições deste edital.
- 6.3.2. Também será desclassificada a proposta que permita identificar o licitante antes do encerramento da fase competitiva.
- 6.3.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.
- 6.3.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.3.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Formulação de lances

- 6.4.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.4.2. Os lances deverão ser ofertados pelo valor global do lote único, correspondente ao período total de 12 meses, observada a forma de operacionalização disponibilizada pela plataforma BLL.
- 6.4.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 6.4.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.4.5. O intervalo mínimo entre lances será de R\$ 0,01, salvo regra específica prevista no Anexo II.
- 6.4.6. O licitante poderá excluir seu último lance uma única vez, no prazo de até 15 (quinze) segundos após o registro, quando houver erro material evidente.

6.5. Modo de disputa aberto e fechado

- 6.5.1. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.5.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.5.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.5.4. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.5.5. No procedimento de que trata o subitem anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta ou por ofertar melhor lance.
- 6.5.6. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.5.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.5.8. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.6. Lances iguais, informação em tempo real e ausência de lances

6.6.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.6.2. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.6.3. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.7. Desconexão e suspensão da sessão

6.7.1. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.7.2. Se a desconexão do Pregoeiro persistir por mais de 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e retomada somente após comunicação aos licitantes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

6.7.3. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública para análise de propostas, exame de documentos, realização de diligências, saneamento de falhas formais, consulta a cadastros oficiais, manifestação de setor técnico ou prática de quaisquer atos necessários à regular instrução do certame, devendo a ocorrência ser motivada e registrada em ata.

6.7.4. Sempre que houver suspensão da sessão pública, será lançado aviso no próprio sistema eletrônico, com a indicação, sempre que possível, do motivo da suspensão, bem como da data e do horário previstos para o prosseguimento do certame.

6.7.5. Não sendo possível, no momento da suspensão, fixar desde logo a data e o horário de reabertura da sessão, será consignado no sistema eletrônico que a retomada será posteriormente comunicada no mesmo ambiente.

6.7.6. Em qualquer hipótese em que a data e o horário de retomada não tenham sido informados no ato da suspensão, a comunicação posterior do reinício dos trabalhos deverá ser realizada no sistema eletrônico com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, devendo a ocorrência constar da respectiva ata.

6.7.7. A presente sistemática observa, como parâmetro procedimental, o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, bem como o entendimento do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 3.486/2014-Plenário, no sentido de que a reabertura da sessão pública deve ser previamente comunicada no sistema eletrônico, com indicação de data e hora, em prestígio aos princípios da publicidade, da transparência, da razoabilidade e da segurança jurídica.

6.7.8. Eventual alteração da data ou do horário anteriormente informados para o prosseguimento do certame deverá ser comunicada tempestivamente no sistema eletrônico, com novo registro em ata.

6.7.9. A retomada da sessão pública ocorrerá no mesmo ambiente eletrônico em que se processa a licitação, na data e no horário previamente divulgados, para a prática dos atos subsequentes do certame.

6.7.10. Todas as ocorrências relativas à suspensão, à reabertura, às diligências, aos saneamentos e às demais intercorrências verificadas na sessão pública integrarão a ata e os autos do processo licitatório.

6.8. Prazos mínimos para envio de documentos na sessão

6.8.1. Quando solicitado, no sistema eletrônico, o envio da proposta ajustada ao último lance ofertado e, quando cabíveis, dos documentos complementares, o prazo para apresentação será de, no mínimo, 2 (duas) horas, contado da convocação lançada no sistema pelo Pregoeiro.

6.8.2. Quando houver solicitação, no sistema eletrônico, para apresentação dos documentos de habilitação do licitante vencedor, o prazo para envio será, no mínimo, de 2 (duas) horas, contado da convocação lançada no sistema.

6.8.3. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período:

- I — mediante solicitação do licitante, apresentada com justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou
- II — de ofício, pelo Pregoeiro, quando constatado que o prazo inicialmente concedido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.8.4. Caso o licitante convocado não atenda às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, observando, para cada nova convocação de proposta ajustada e documentos pertinentes, o prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação no sistema, admitida prorrogação por igual período nas hipóteses previstas neste edital.

7. DO JULGAMENTO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. Critério de julgamento

7.1.1. Somente será classificada a proposta que atender às especificações do edital e do Termo de Referência.

7.1.2. Será considerada vencedora a proposta classificada em primeiro lugar, conforme critério de julgamento adotado, desde que atenda às exigências do edital e tenha sua habilitação confirmada.

7.1.3. Serão desclassificadas as propostas com preço simbólico, irrisório, igual a zero, inexequível, superior ao valor máximo aceitável ou incompatível com a execução integral dos serviços.

7.1.4. A proposta não poderá superar o valor global máximo estimado para o lote único nem os valores unitários máximos fixados pela Administração para cada componente da contratação.

7.1.4.1. A classificação das propostas e a disputa ocorrerão pelo valor global do lote, sem prejuízo da análise da aceitabilidade e da compatibilidade dos preços unitários apresentados na proposta final readequada.

7.1.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.1.6. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às especificações do Termo de Referência, às condições deste edital ou à legislação aplicável.

7.2. Margem de preferência

7.2.1. A margem de preferência somente será aplicada quando expressamente prevista no Termo de Referência, com indicação dos **itens** abrangidos, percentual aplicável, fundamento normativo e forma de comprovação.

7.3. Empate ficto ME/EPP

7.3.1. Nas disputas de ampla concorrência, será assegurado o empate ficto às ME/EPP quando sua proposta for igual ou até 5% superior à melhor proposta válida, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.2. Para efeito do disposto no subitem acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- I — a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- II — não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do inciso I, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III — no caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no inciso I, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

IV — na hipótese da não contratação nos termos previstos neste subitem, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

V — o disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.3.3. Encerrada a etapa de lances, nos **itens** de ampla concorrência, o sistema verificará o enquadramento das licitantes como ME/EPP para aplicação do empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.4. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.3.5. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.3.6. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.3.7. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.3.8. Caso o licitante provisoriamente vencedor tenha declarado condição de ME/EPP, o Pregoeiro verificará o atendimento aos requisitos legais para fruição do benefício.

7.3.9. Nos itens para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.3.10. A exclusividade para ME/EPP poderá ser afastada apenas nas hipóteses legais, mediante justificativa formal nos autos.

7.4. Critérios legais de desempate

7.4.1. O desempate observará as regras previstas neste edital e na Lei nº 14.133/2021.

7.4.2. O empate somente ocorrerá entre propostas iguais sem lances ou entre lances finais iguais apresentados na etapa fechada.

7.4.3. Persistindo empate após a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006, serão observados os critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

- I — disputa final;
- II — avaliação de desempenho contratual prévio;
- III — ações de equidade entre homens e mulheres;
- IV — programa de integridade.

7.4.4. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I — empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II — empresas brasileiras;
- III — empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV — empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.4.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.5. Negociação

7.5.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, buscando obter condição mais vantajosa para a Administração.

7.5.2. Se o primeiro colocado for desclassificado ou não aceitar a negociação, o Pregoeiro poderá negociar com os licitantes subsequentes, observada a ordem de classificação.

7.5.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos no processo licitatório.

7.6. Fase de julgamento

7.6.1. Encerrada a negociação, o Pregoeiro examinará a proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, compatibilidade do preço e atendimento das condições do edital.

7.6.2. A proposta será analisada conforme os critérios de aceitabilidade previstos neste edital, no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 056/2024, com as alterações do Decreto Municipal nº 107/2026.

7.6.3. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.6.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.5. Havendo necessidade de análise técnica, diligência, prova de conceito, demonstração técnica ou avaliação equivalente, o Pregoeiro poderá suspender a sessão e informará, no sistema, a data e o horário de sua continuidade.

7.6.6. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no Anexo I deste edital.

7.7. Diligências no julgamento

7.7.1. O Pregoeiro poderá realizar diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, salvo hipóteses admitidas pela Lei nº 14.133/2021.

7.7.2. O Pregoeiro poderá suspender a sessão para análise das propostas, diligências ou definição da classificação final, informando a nova data e horário de continuidade no sistema.

7.8. Rejeição ou retirada de propostas

7.8.1. Serão rejeitadas as propostas que:

I — apresentem valores com mais de duas casas decimais, salvo se o licitante promover o ajuste formal, sem majoração do preço final;

II — não contenham informações suficientes para identificação objetiva dos serviços ofertados, metodologia, unidade de medida, quantitativos ou condições essenciais de execução;

III — contenham condição incompatível com o edital ou apresentem indício de inexequibilidade não afastado em diligência;

IV — contenham divergência aritmética insanável entre valores unitários e totais, após oportunidade de correção formal, quando cabível.

7.8.2. O pedido de retirada ou desclassificação da proposta após a abertura da sessão deverá ser justificado pelo licitante e será apreciado pelo Pregoeiro.

7.8.3. Caso o pedido seja considerado injustificado e haja indícios de conduta irregular, a Administração poderá instaurar procedimento administrativo para apuração de responsabilidade.

7.8.4. Havendo indícios de conluio, fraude, corrupção ou prática anticoncorrencial, o Pregoeiro registrará a ocorrência, poderá desclassificar a proposta e encaminhará os autos para apuração de responsabilidade, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

7.8.5. A Administração poderá rejeitar qualquer proposta de adjudicação relacionada com o respectivo processo de contratação, quando constatadas as hipóteses previstas neste edital e na legislação aplicável.

7.8.6. A Administração poderá instaurar o processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação das sanções cabíveis, observados o contraditório e ampla defesa.

7.9. Sobrepreço, superfaturamento e responsabilização

7.9.1. A contratação com sobrepreço ou superfaturamento poderá ensejar responsabilização dos agentes públicos e da contratada, sem prejuízo das medidas de controle e ressarcimento cabíveis.

7.9.2. A constatação de sobrepreço ou o superfaturamento poderá ensejar a apuração de responsabilidade, ressarcimento ao erário e demais medidas cabíveis.

7.10. Propostas disponíveis na internet

7.10.1. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.10.2. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet após a homologação.

8. DA EXEQUIBILIDADE E INEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS

8.1. Aceitabilidade e exequibilidade das propostas

8.1.1. A análise de aceitabilidade e de exequibilidade das propostas será realizada de forma motivada, com base em critérios objetivos, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 056/2024, com a redação dada pelo Decreto Municipal nº 107/2026, e deste edital.

8.1.2. Serão desclassificadas as propostas que:

8.1.2.1. Contiverem vícios insanáveis;

8.1.2.2. Não atenderem às especificações técnicas do edital;

8.1.2.3. Apresentarem preço inexequível;

8.1.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, após regular diligência.

8.1.3. Os critérios previstos neste edital configuram indícios de inexequibilidade e não autorizam desclassificação automática, devendo a Administração oportunizar ao licitante a demonstração da viabilidade econômica da proposta.

8.2. Indício de inexequibilidade

8.2.1. Considerando a natureza do objeto desta licitação, classificado serviços comuns de consumo, constitui indício relevante de inexequibilidade a apresentação de proposta cujo valor global, ou cujos preços unitários, sejam inferiores a **60% (sessenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

8.2.2. O indício de inexequibilidade poderá também decorrer de outros elementos objetivos do processo, inclusive:

8.2.2.1. Divergência relevante em relação à pesquisa de preços;

8.2.2.2. Discrepância significativa em relação aos preços de mercado;

8.2.2.3. Incompatibilidade aparente com as exigências de execução do edital;

8.2.2.4. Incompatibilidade relevante em relação às demais propostas válidas.

8.2.3. Verificado o indício de inexequibilidade, o Pregoeiro ou a comissão de contratação instaurará diligência específica para que o licitante demonstre a viabilidade econômica da proposta.

8.3. DA DILIGÊNCIA DE EXEQUIBILIDADE

8.3.1. O despacho de diligência indicará, de forma objetiva:

- 8.3.1.1. Os fatos que motivaram a apuração;
- 8.3.1.2. Os itens, preços ou circunstâncias objeto de esclarecimento;
- 8.3.1.3. O prazo para resposta.

8.3.2. A diligência não autoriza:

- 8.3.2.1. Alteração do valor ofertado;
- 8.3.2.2. Substituição do objeto;
- 8.3.2.3. Modificação substancial da proposta.

8.3.3. O licitante diligenciado deverá apresentar:

- 8.3.3.1. Planilha inicial de composição de custos, correspondente ao preço originalmente apresentado na proposta;
- 8.3.3.2. Planilha final de composição de custos, correspondente ao valor final ofertado ou negociado;
- 8.3.3.3. Memória de cálculo;
- 8.3.3.4. Documentos comprobatórios idôneos e verificáveis, na forma deste edital e do despacho de diligência.

8.3.4. A ausência de resposta, a apresentação de planilhas incompletas, a falta de documentos comprobatórios, a existência de informações contraditórias ou a permanência de incompatibilidade entre os custos necessários à execução e o preço ofertado poderão ensejar a desclassificação da proposta por inexecuibilidade, mediante decisão motivada.

8.4. Conteúdo obrigatório das planilhas de composição de custos

8.4.1. Quando instaurada diligência de exequibilidade, as planilhas de composição de custos deverão abranger o lote único e discriminar individualmente os componentes que integram a proposta, contendo, no mínimo:

- 8.4.1.1. Identificação do componente do lote;
- 8.4.1.2. Descrição do produto;
- 8.4.1.3. Unidade de fornecimento;
- 8.4.1.4. Quantidade;
- 8.4.1.5. Marca, fabricante, distribuidor ou origem do fornecimento, quando aplicável;
- 8.4.1.6. Preço do lote ou custo do serviço;
- 8.4.1.7. Descontos, bonificações ou condições comerciais que impactem o custo;
- 8.4.1.8. Tributos incidentes na operação;
- 8.4.1.9. Frete, transporte, seguro, carga e descarga;
- 8.4.1.10. Embalagem, paletização, armazenagem e demais custos logísticos;
- 8.4.1.11. Custos de garantia, assistência técnica, substituição, logística reversa ou reposição, quando exigidos no edital;
- 8.4.1.12. Custos de instalação, ativação, montagem, treinamento ou suporte, quando houver;
- 8.4.1.13. Custos indiretos e administrativos;
- 8.4.1.14. Custo financeiro, quando aplicável;
- 8.4.1.15. Perdas, devoluções ou avarias, quando alegadas;
- 8.4.1.16. Margem de lucro;
- 8.4.1.17. Custo total unitário entregue;
- 8.4.1.18. Preço unitário ofertado;
- 8.4.1.19. Preço total do componente e valor global do lote.

8.4.2. A planilha inicial deverá refletir a composição correspondente ao preço originalmente apresentado pelo licitante.

8.4.3. A planilha final deverá refletir a composição correspondente ao valor final ofertado ou negociado no certame.

8.4.4. As planilhas deverão ser acompanhadas de memória de cálculo suficiente para permitir a verificação objetiva da compatibilidade entre os custos necessários ao cumprimento do edital e o preço ofertado.

8.5. Documentos comprobatórios

8.5.1. As planilhas deverão ser acompanhadas, no mínimo, dos seguintes documentos comprobatórios, idôneos e verificáveis:

8.5.1.1. Cotações, propostas comerciais, tabelas vigentes, contratos de fornecimento, pedidos confirmados, cartas de compromisso ou documentos equivalentes emitidos por fornecedor, fabricante ou distribuidor;

8.5.1.2. Documentos que comprovem descontos, bonificações, políticas comerciais ou condições especiais alegadas;

8.5.1.3. Cotações de frete, transporte, seguro, armazenagem ou memória de cálculo equivalente;

8.5.1.4. Documentos relativos à garantia, assistência técnica, reposição, suporte ou demais obrigações correlatas, quando exigidos no edital;

8.5.1.5. Comprovantes de capacidade de fornecimento, quando pertinentes, tais como disponibilidade de estoque, prazos de reposição, rede de distribuição ou documentos equivalentes;

8.5.1.6. Demais documentos aptos a demonstrar a viabilidade econômica da proposta.

8.5.2. Não serão considerados suficientes, por si sós, documentos isolados que não permitam demonstrar a composição completa do custo do fornecimento, tais como nota fiscal desacompanhada de memória de cálculo e dos custos logísticos, tributários e das demais obrigações do edital.

8.5.3. A Administração poderá solicitar esclarecimentos complementares e consultar área técnica sempre que necessário à adequada aferição da exequibilidade.

8.6. Comprovação da carga tributária

8.6.1. Para comprovação da carga tributária considerada na proposta, o licitante diligenciado deverá apresentar:

8.6.1.1. Declaração formal do regime tributário vigente, assinada pelo representante legal e, quando cabível, pelo responsável contábil;

8.6.1.2. Memória de cálculo tributária da proposta, com indicação dos tributos considerados, da base adotada do impacto no preço do componente e no valor global da proposta;

8.6.1.3. Documentos fiscais e declaratórios compatíveis com o regime tributário informado.

8.6.2. Para licitante optante pelo Simples Nacional, deverão ser apresentados, no mínimo:

8.6.2.1. Comprovante de opção pelo Simples Nacional;

8.6.2.2. Extrato do PGDAS-D do período de apuração mais próximo da proposta;

8.6.2.3. Documento de arrecadação do Simples Nacional – DAS, correspondente ao período apresentado, quando cabível.

8.6.3. Para licitante tributado pelo Lucro Presumido, Lucro Real ou Lucro Arbitrado, deverão ser apresentados, no mínimo:

8.6.3.1. ECF do último exercício, com recibo de entrega;

8.6.3.2. DCTFWeb ou obrigação equivalente aplicável ao período de apuração mais próximo da proposta;

8.6.3.3. EFD-Contribuições do período de apuração mais próximo da proposta;

8.6.3.4. EFD-ICMS/IPI do estabelecimento envolvido, quando aplicável ao objeto.

8.6.4. Quando houver incidência de ISS ou de tributação municipal específica sobre a operação, o licitante deverá apresentar documentos que comprovem a alíquota e o enquadramento tributário municipal adotados.

8.6.5. A forma societária da empresa não substitui a comprovação do regime tributário efetivamente adotado.

8.7. Critério de aferição da exequibilidade

8.7.1. A proposta será considerada exequível quando a documentação apresentada demonstrar, de forma consistente e verificável, que o preço ofertado é suficiente para suportar os custos necessários ao cumprimento integral do objeto, incluídas todas as obrigações previstas no edital.

8.7.2. A proposta será considerada inexecutável quando, após diligência:

8.7.2.1. os custos necessários ao atendimento integral das obrigações do edital ultrapassarem o valor ofertado; ou

8.7.2.2. as justificativas e os documentos apresentados forem insuficientes, contraditórios ou inverificáveis.

8.8. Decisão administrativa

8.8.1. Concluída a diligência, o Pregoeiro ou a comissão de contratação proferirá decisão motivada, com registro:

8.8.1.1. dos fatos analisados;

8.8.1.2. da resposta do licitante;

8.8.1.3. da avaliação técnica, quando houver;

8.8.1.4. da conclusão pela aceitação ou pela desclassificação da proposta.

8.8.2. A desclassificação por inexecutabilidade deverá demonstrar objetivamente:

8.8.2.1. a incompatibilidade entre o preço ofertado e os custos necessários ao cumprimento integral do edital;

8.8.2.2. a insuficiência das justificativas e dos documentos apresentados pelo licitante.

8.8.3. Quando a proposta for aceita após diligência, a decisão deverá indicar os elementos que sustentam a conclusão de exequibilidade.

8.9. Declaração do licitante

8.9.1. A apresentação da proposta implica declaração do licitante de que o preço ofertado contempla todos os custos diretos, indiretos, logísticos, tributários, operacionais e demais encargos necessários ao cumprimento integral do objeto licitado.

8.9.2. Havendo diligência de exequibilidade, o licitante deverá comprovar documentalmente essa declaração mediante apresentação das planilhas e dos documentos exigidos neste edital.

9. DA ANÁLISE TÉCNICA, DILIGÊNCIAS, AMOSTRAS, PROVA DE CONCEITO, DEMONSTRAÇÃO TÉCNICA OU AVALIAÇÃO EQUIVALENTE, QUANDO EXIGIDAS

9.1. Hipóteses de exigência

9.1.1. A análise técnica, diligências, amostras, prova de conceito, demonstração técnica ou avaliação equivalente somente será exigida quando prevista no Termo de Referência, para os itens nele indicados, e apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

9.1.2. A exigência de análise técnica, diligências, amostras, prova de conceito, demonstração técnica ou avaliação equivalente, deverá ter finalidade exclusivamente técnica, destinada à verificação de compatibilidade da solução ofertada com as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência.

9.2. Convocação, prazo e local

9.2.1. O licitante convocado deverá apresentar a amostra no prazo e local definidos no Termo de Referência ou na convocação do Pregoeiro, observadas as condições previamente estabelecidas no edital e em seus anexos.

9.2.2. A convocação deverá indicar o **lote único**, o objeto da avaliação, o prazo, o responsável pelo acompanhamento e os critérios objetivos de avaliação.

9.3. Critérios de avaliação

9.3.1. A amostra, prova de conceito, demonstração técnica ou avaliação equivalente, será avaliada exclusivamente com base nos critérios objetivos previstos no Termo de Referência, sendo vedada sua reprovação por requisito não previsto no edital ou em seus anexos.

9.3.2. A avaliação deverá considerar, quando aplicável, especificação técnica, metodologia, capacidade operacional, funcionalidade, compatibilidade técnica, produtividade, atendimento a níveis mínimos de serviços, documentação técnica e demais requisitos objetivos do Termo de Referência.

9.4. Parecer técnico

9.4.1. A aceitação ou reprovação da amostra, prova de conceito, demonstração técnica, teste de conformidade ou plano de execução, deverá ser fundamentada em parecer técnico, elaborado por servidor ou equipe técnica designada, com registro nos autos do processo licitatório.

9.4.2. Se a amostra, prova de conceito, demonstração técnica, teste de conformidade ou plano de execução for reprovado, mediante parecer técnico fundamentado, o Pregoeiro examinará a proposta do licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

9.5. Suspensão para avaliação

9.5.1. Havendo necessidade de análise técnica, diligência ou avaliação de amostra, o Pregoeiro poderá suspender a sessão e informará, no sistema, a data e o horário de sua continuidade.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Regra geral

10.1.1. Após o julgamento e a aceitação da proposta, será exigida do licitante provisoriamente vencedor a apresentação dos documentos necessários e suficientes para demonstrar sua capacidade de executar o objeto, compreendendo habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, deste edital e do Termo de Referência.

10.1.2. A plataforma eletrônica deverá disponibilizar campo próprio para envio dos documentos de habilitação previstos no Anexo I — Termo de Referência.

10.1.3. As exigências específicas de qualificação técnica, licenças, autorizações, registros profissionais, certificações ou comprovação de capacidade operacional, quando aplicáveis ao serviço, constarão do Termo de Referência e deverão guardar pertinência direta com o objeto, vedadas exigências desnecessárias, excessivas ou sem relação com a execução pretendida.

10.2. Verificação das condições de participação e sanções impeditivas

10.2.1. Constatada sanção impeditiva, após consulta aos cadastros oficiais e manifestação prévia do licitante, o Pregoeiro poderá declará-lo inabilitado por ausência de condição de participação.

10.2.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio da análise dos documentos apresentados e por eles abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e à habilitação técnica.

10.3. Documentos digitais e matriz/filial

10.3.1. Somente haverá necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.3.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.3.3. Os documentos deverão estar em nome do estabelecimento licitante, matriz ou filial, salvo aqueles que, por sua natureza, sejam emitidos apenas em nome da matriz.

10.3.4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.4. Declarações de habilitação

10.4.1. O licitante deverá declarar que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas.

10.4.2. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.4.3. O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.5. Verificação de certidões

10.5.1. A verificação de certidões em sítios eletrônicos oficiais constitui meio válido de prova para fins de habilitação.

10.6. Qualificação técnica específica

10.6.1. Considerando a natureza dos serviços, poderá ser exigida documentação técnica pertinente, tais como atestado de capacidade técnica, comprovação de experiência anterior compatível, licença ou autorização específica, registro em conselho profissional quando legalmente exigido, indicação de equipe técnica mínima ou declaração de disponibilidade de equipamentos, conforme o Termo de Referência.

10.6.2. Os atestados de capacidade técnica deverão guardar compatibilidade com as características, quantidades, prazos, complexidade e relevância dos serviços a serem contratados, sendo vedadas exigências desproporcionais ou sem pertinência com o objeto.

10.6.3. A exigência de registro em conselho profissional somente será admitida quando houver previsão legal e pertinência direta com a natureza dos serviços.

10.6.4. A exigência de licenças, autorizações, certificações ou registros específicos deverá ser justificada no Termo de Referência e guardar relação direta com a execução dos serviços.

10.6.5.

10.7. Diligência e saneamento na habilitação

10.7.1. Havendo necessidade de documentos complementares destinados a esclarecer ou confirmar documentos já apresentados, o Pregoeiro concederá prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável motivadamente conforme a complexidade da diligência.

10.7.2. Após a entrega dos documentos de habilitação, somente será admitida diligência para complementar informações, atualizar documentos vencidos após a abertura do certame ou sanar falhas formais, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

10.7.3. A diligência poderá ter por finalidade:

I — complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II — atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

III — aferição das condições de habilitação ou de classificação do licitante decorrentes de fatos ou condições preexistentes ao momento da abertura do certame.

10.7.4. O não envio dos documentos de habilitação no prazo concedido ao licitante provisoriamente vencedor poderá ensejar sua inabilitação, observadas as regras de diligência previstas neste edital.

10.7.5. A diligência não autoriza a criação posterior de condição de habilitação inexistente na data de abertura do certame, mas admite o saneamento de falhas formais e a comprovação de situações preexistentes.

10.7.6. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos nem comprometam sua validade jurídica.

10.8. Inabilitação e convocação de remanescente

10.8.1. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.8.2. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.9. Saneamento geral em caso de fracasso

10.9.1. Caso todas as propostas sejam desclassificadas ou todos os licitantes sejam inabilitados, a Administração poderá, mediante decisão motivada, conceder prazo para saneamento das falhas, desde que preservadas a isonomia, a competitividade e os limites legais.

10.10. Divergência entre edital e Termo de Referência quanto à habilitação

10.10.1. Em caso de divergência entre este edital e o Termo de Referência quanto aos requisitos de habilitação, a Administração deverá promover o saneamento da inconsistência antes da abertura da sessão pública, mediante esclarecimento, errata ou republicação, conforme o impacto da alteração na formulação das propostas.

10.10.2. Nenhuma exigência de habilitação técnica, operacional, econômico-financeira ou documental poderá ser aplicada em desfavor do licitante se não estiver prevista de forma clara neste edital, no Termo de Referência ou em seus anexos, observada a pertinência com o objeto licitado.

11. DOS RECURSOS

11.1. Cabimento e prazo

11.1.1. Os recursos observarão o art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.1.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.2. Intenção de recorrer

11.2.1. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

11.2.2. A abertura do prazo para manifestação da intenção de recorrer será comunicada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico.

11.2.3. O prazo para manifestação da intenção de recorrer será de, no mínimo, 10 (dez) minutos, contado da comunicação no sistema.

11.3. Razões e contrarrazões

11.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.3.2. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.3.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.3.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4. Juízo de reconsideração e autoridade competente

11.4.1. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou encaminhá-lo à autoridade competente.

11.4.2. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.5. Efeitos do recurso

11.5.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.5.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Acesso aos autos

11.6.1. Os autos do processo permanecerão disponíveis aos interessados no sistema eletrônico e nos meios oficiais de publicidade, observadas as hipóteses legais de sigilo.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Adjudicação e homologação

12.1.1. O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Homologação e ausência de direito subjetivo à contratação

12.2.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Convocação para assinatura da Ata

13.1.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

13.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento — AR — ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.1.3. O prazo estabelecido para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito pela Administração.

13.2. Formalização das Atas

13.2.1. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.3. Cadastro de reserva e convocação de remanescentes

13.3.1. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.3.2. As Ordens de Serviço observarão a ordem de classificação dos prestadores registrados, conforme as condições da Ata de Registro de Preços.

13.3.3. Caso o primeiro colocado não possa prestar o serviço, mediante justificativa aceita pela Administração, poderão ser convocados os prestadores remanescentes, observada a ordem de classificação e a compatibilidade dos preços com o mercado.

13.3.4. Se o preço do prestador remanescente estiver acima do valor compatível com o mercado, a Administração poderá negociar sua redução antes da contratação.

13.4. Divulgação e publicidade da Ata

13.4.1. Os preços registrados serão divulgados nos meios oficiais de publicidade, conforme legislação aplicável.

13.4.2. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

14. DA CONTRATAÇÃO DECORRENTE DA ATA

14.1. Instrumento de contratação

14.1.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.1.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso — Nota de Empenho, Ordem de Serviço, Autorização de Serviço ou instrumento equivalente —, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

14.1.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura por meio eletrônico ou outro meio admitido, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.1.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.2. Aceite da Nota de Empenho ou instrumento equivalente

14.2.1. O aceite da Nota de Empenho, Ordem de Serviço, Autorização de Serviço ou instrumento equivalente emitido à empresa adjudicada implica o reconhecimento de que:

I — o instrumento substitui ou complementa o contrato, conforme o caso, aplicando-se à relação as disposições da Lei nº 14.133/2021;

II — a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

III — a contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no art. 139 da mesma Lei.

14.3. Vigência da contratação

14.3.1. O prazo de vigência da contratação será definido no Termo de Referência e no instrumento contratual, conforme a natureza dos serviços, a necessidade administrativa e a legislação aplicável.

14.3.2. Quando se tratar de serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra, a duração contratual poderá observar os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa, previsão no edital e demonstração de vantajosidade.

14.4. Manutenção das condições de habilitação

14.4.1. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da Ata de Registro de Preços, bem como o disposto no art. 91, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

14.5. Recusa em assinar contrato ou ausência de comprovação de habilitação

14.5.1. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções e demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato, inicialmente nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.5.2. Frustrada essa primeira tentativa, é possível negociar o valor com o licitante melhor classificado e, se for o caso, com os demais, na ordem de classificação, ou mesmo celebrar o contrato pelo valor ofertado inicialmente por estes licitantes, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares.

14.6. Garantia da execução

14.6.1. Não será exigida garantia ordinária de execução contratual, prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o modelo de execução, a forma de pagamento posterior à medição e ao recebimento dos serviços e os mecanismos de acompanhamento e fiscalização estabelecidos neste instrumento.

14.6.2. A ausência de garantia ordinária não afasta a responsabilidade integral da contratada pelo cumprimento das obrigações assumidas, nem impede a aplicação das sanções, multas, glosas, indenizações e demais medidas previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato.

15. DA EXECUÇÃO, MEDIÇÃO, RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

15.1. Local, prazo de entrega e forma de execução

15.1.1. Os serviços deverão ser executados no local, prazo, forma e condições indicados na Ordem de Serviço, no Termo de Referência, na proposta vencedora, na Ata de Registro de Preços e no contrato ou instrumento equivalente.

15.1.2. A execução ocorrerá nas unidades, locais, horários e condições definidos pela Administração, conforme previsto no Termo de Referência.

15.1.3. A execução dos serviços ocorrerá conforme demanda da Administração, nos prazos definidos no Termo de Referência ou na Ordem de Serviço, contado do recebimento do instrumento de convocação pela contratada.

15.2. Condições de execução e medição

15.2.1. A medição dos serviços será realizada conforme periodicidade, critérios de produtividade, níveis de serviço e parâmetros objetivos previstos no Termo de Referência e no contrato.

15.2.2. Somente serão medidos e pagos os serviços efetivamente executados, aceitos e atestados pela fiscalização.

15.2.3. Quando houver previsão de níveis mínimos de serviço, indicadores de desempenho, relatórios de execução, ordens de serviço ou instrumentos de medição, a contratada deverá cumprir os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.

15.3. Recebimento provisório e definitivo

15.3.1. O recebimento provisório ocorrerá após a execução ou medição dos serviços, para verificação inicial de conformidade.

15.3.2. O recebimento definitivo ocorrerá após a análise da conformidade técnica, documental e quantitativa dos serviços executados, observado o Termo de Referência.

15.3.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos, inadequações, desconformidades ou falhas posteriormente identificadas.

15.4. Recusa, correção e refazimento dos serviços

15.4.1. Serviços executados em desconformidade deverão ser corrigidos, refeitos ou complementados pela contratada, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.4.2. A recusa dos serviços será motivada e registrada pela fiscalização ou pelo setor responsável pelo recebimento.

15.5. Pagamento vinculado aos serviços executados

15.5.1. O pagamento observará apenas os serviços efetivamente executados, medidos, atestados e recebidos definitivamente pela Administração.

15.6. Critérios de aceitação e fiscalização

15.6.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

15.6.2. A execução será acompanhada por gestor e fiscal designados pela Administração, responsáveis pelo acompanhamento, medição, registro de ocorrências, atesto e comunicação de irregularidades.

15.7. Obrigações da Contratante e da Contratada

15.7.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Regras gerais de pagamento

16.1.1. As regras de pagamento observarão a medição, o atesto, a liquidação da despesa, a regularidade documental e os prazos previstos no Termo de Referência e no contrato.

16.1.2. O pagamento será realizado apenas em relação aos serviços efetivamente executados, medidos, aceitos e recebidos definitivamente pela Administração.

16.2. Dados bancários

16.2.1. A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17. DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DO REEQUILÍBRIO DOS PREÇOS

17.1. Reajuste contratual

17.1.1. Os preços poderão ser reajustados conforme índice de IPCA, observada a anualidade legal.

17.1.2. Uma vez tratando-se o presente de serviços comuns sem dedicação exclusiva de mão de obra, o reajuste deverá ser realizado por índice previsto no subitem anterior, vedada a repactuação típica de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.

17.1.3. Uma vez adotado o IPCA como índice de reajuste, sua aplicação observará a data-base do orçamento estimado, a periodicidade mínima anual e as regras previstas no contrato.

17.2. Revisão e cancelamento dos preços registrados

17.2.1. As regras sobre revisão e cancelamento dos preços registrados constam da minuta da Ata de Registro de Preços, anexa a este edital.

17.3. Reequilíbrio econômico-financeiro

17.3.1. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser analisado nas hipóteses legais, mediante requerimento da parte interessada e comprovação do fato superveniente, do impacto econômico e da relação de causalidade com a execução contratual

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Infrações administrativas

18.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com dolo ou culpa, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

18.1.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

18.1.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

I — não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

II — recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

III — pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

IV — deixar de apresentar amostras, prova de conceito, demonstração técnica ou avaliação equivalente, quando exigível;

V — apresentar proposta, amostras, prova de conceito, demonstração técnica ou avaliação equivalente em desacordo com as especificações do edital;

18.1.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.1.8. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.1.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.1.1.10. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.1.11. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.1.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Comportamento inidôneo

18.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. Espécies de sanções

18.3.1. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I — advertência;
- II — multa;
- III — impedimento de licitar e contratar;
- IV — declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

18.4. Critérios de dosimetria

18.4.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I — a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II — as peculiaridades do caso concreto;
- III — as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV — os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V — a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.5. Advertência

18.5.1. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 18.1.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.6. Multa

18.6.1. A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas neste edital.

18.6.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.7. Impedimento de licitar e contratar

18.7.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1.2 a 18.1.1.8, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta no Município de Juazeiro, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Declaração de inidoneidade

18.8.1. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1.9 a 18.1.1.13, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1.2 a 18.1.1.8 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.9. Cumulação de sanções

18.9.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

18.10. Atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013

18.10.1. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

18.11. Processo administrativo sancionador

18.11.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, as legislações pertinentes.

18.11.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.11.3. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.12. Recursos em matéria sancionatória

18.12.1. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12.2. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.12.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.13. Registro das penalidades e reparação integral

18.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no site de transparência do Município e no CEIS e CNEP.

18.13.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública Municipal.

19. DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DA PUBLICIDADE

19.1. Impugnação ao edital

19.1.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este edital, por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021.

19.2. Pedido de esclarecimento

19.2.1. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, através da plataforma BLL.

19.2.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo o Pregoeiro requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

19.3. Acolhimento da impugnação e efeito suspensivo

19.3.1. Acolhida a impugnação, e esta impactar na reformulação da proposta, será definida e publicada nova data para a realização do certame, conforme art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

19.3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.3.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação, se houver impacto na formulação de propostas.

19.4. Publicidade dos documentos

19.4.1. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

19.4.2. O edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, endereço eletrônico [HTTPS://pncp.gov.br/app/editais](https://pncp.gov.br/app/editais), e também poderão ser lidos e/ou obtidos na íntegra, no campo “Arquivos” do referido processo, na plataforma BLL.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Transferência da sessão por fato superveniente

20.1.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

20.2. Referência de tempo

20.2.1. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

20.3. Saneamento de falhas formais

20.3.1. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.3.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.4. Interpretação das normas editalícias

20.4.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Custos de participação

20.5.1. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. Contagem de prazos

20.6.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

20.6.2. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.7. Divergência entre edital e anexos

20.7.1. O edital, o Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, o contrato e os demais anexos devem ser interpretados de forma sistemática, de modo a preservar a legalidade, a competitividade, o julgamento objetivo e a adequada execução do objeto.

20.7.2. Identificada divergência relevante entre o edital e seus anexos antes da abertura da sessão pública, a Administração deverá promover o saneamento por meio de esclarecimento, errata ou republicação, conforme o impacto da alteração na formulação das propostas.

20.7.3. Quando a divergência envolver especificação técnica, condição de entrega, critério de aceitação ou documentação sanitária do produto, deverá prevalecer a solução tecnicamente justificada pela Administração, formalizada nos autos, sem prejuízo da necessidade de correção do instrumento convocatório quando a divergência puder afetar a isonomia ou a formulação das propostas.

20.8. Anexos integrantes

20.8.1. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- I — Anexo I — Termo de Referência;
- II — Anexo II — Modelo de Proposta de Preço;
- III — Anexo III — Minuta de Ata de Registro de Preços;
- IV — Anexo IV — Minuta de Termo de Contrato;
- V — Anexo V — Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
- VI — Anexo VI — Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;
- VII — Anexo VII — Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no art. 34 da Lei nº 11.488/2007;
- VIII — Anexo VIII — Modelo de declaração da licitante de cumprimento ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021;
- IX — Anexo IX — Modelo de declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- X — Anexo X — Modelo de formulário para assinatura de contrato.

Juazeiro/BA, 25 de Setembro de 2026.

ADEGIVALDO MOTA DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 177/2026

Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Segurança Cidadã

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de locação de sistema de radiocomunicação digital e analógica, incluindo manutenção preventiva e corretiva integral dos ativos, fornecimento de repetidora com kit de instalação e locação de torre de telecomunicação de 30 metros para sustentação de antena, destinados ao atendimento das viaturas e equipes operacionais da Guarda Civil Municipal (GCM) e do Corpo de Bombeiros Cíveis do Município de Juazeiro/BA.

1.2. Os bens e serviços integrados são classificados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme parâmetros estipulados no Decreto Municipal nº 056/2024.

1.4. A presente necessidade ainda não consta formalmente do Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Juazeiro/BA para o exercício de 2026, pois a Secretaria foi criada recentemente e não possuía orçamento para 2026. Todavia, sua contratação decorre de necessidade administrativa devidamente justificada, compatível com o interesse público e com o planejamento institucional da Secretaria demandante, justificando-se sua inclusão extemporânea pela urgência em prover as ferramentas de radiocomunicação indispensáveis à atividade-fim e à segurança pública local. Quando cabível, a demanda será objeto de atualização do PCA, em observância ao art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal regulamentador nº 056/2024.

1.5. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de contrato, visto que gera obrigações futuras, vinculado à Ata de Registro de Preços e em conformidade com a legislação pertinente, bem como o Decreto Municipal nº 056/2024.

- 1.5.1. Cada órgão participante do Registro de Preços será responsável pela formalização do contrato, conforme minuta estabelecida nos anexos do Edital.



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

- **1.5.2.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços, constante no anexo do edital.
- 1.6.** O presente Termo de Referência tem como base legal a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 056/2024.

2. DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado na fase preparatória da contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. A presente contratação decorre da necessidade administrativa de garantir a prestação de serviço contínuo de telecomunicação para as viaturas e equipes operacionais da Guarda Civil Municipal e do Bombeiro Civil, de forma a assegurar a comunicação em tempo real, a coordenação eficiente das forças de segurança e socorro, o fortalecimento da atuação institucional e adequadas condições de resposta rápida no desempenho das atividades operacionais e de proteção ao cidadão.

2.3. Atualmente, a segurança pública municipal exige prontidão e coordenação em tempo real, onde a ausência de um sistema estável e integrado vulnerabiliza a segurança dos próprios agentes públicos durante patrulhamentos e incursões em áreas de risco. A adoção de um sistema de radiocomunicação estável e padronizado contribuirá diretamente para a organização interna e para a eficiência dos serviços prestados à população.

2.4. A opção pela locação de serviços contínuos com manutenção inclusa, em detrimento da aquisição direta, justifica-se tecnicamente e mostra-se administrativamente vantajosa por mitigar despesas com a depreciação de ativos tecnológicos, eliminar custos com a obsolescência de aparelhos parados, garantir suporte técnico ágil com substituição célere em campo e transferir à contratada a responsabilidade pela disponibilidade operacional 24/7 da solução, sem imobilização de grande capital público.

3. ESPECIFICAÇÃO E VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os produtos e serviços integrados terão as seguintes especificações técnicas mínimas:

ITEM 01: Locação com Manutenção de Rádio Portátil Digital/Analógico (VHF)



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

- **Descrição:** Aparelho portátil VHF (HT), robusto e individual para agentes em patrulhamento a pé, resistente a quedas, água e poeira.
- **Acessórios inclusos:** Carregador de mesa, antena heliflex, clip de cinto, bateria com autonomia mínima de 12 horas, manual em português e capa de couro protetora.
- **Serviços agregados:** Inclui a entrega, instalação física, configuração inicial, testes operacionais e os serviços de licenciamento de frequências junto à ANATEL.
- **Manutenção:** Suporte técnico com SLA de até 4 horas úteis após chamado, sem limite de chamados por período. Substituição de componentes ou do rádio por pane técnica em até 3 dias corridos.

ITEM 02: Locação com Manutenção de Rádio Base Digital/Analógico (VHF - 45W)

- **Descrição:** Estação fixa VHF de 45W de potência destinada à central de operações.
- **Kit de Instalação:** Antena plano terra de alto ganho (6dB), 30 metros de cabo coaxial de baixa perda RGC213, conectores apropriados, fonte de alimentação chaveada de 13,8V (15A), minitorre de base para fixação e sistema de Nobreak/Baterias corporativo para autonomia mínima de 4 horas em quedas de energia.
- **Manutenção:** Atendimento técnico especializado com SLA de 4 horas e substituição física de componentes avariados sem custos para a contratante.
- Tempo de resposta: até 1 hora, 24x7.
- Início do atendimento técnico: até 4 horas.
- Restabelecimento: prazo máximo de 24 horas, conforme criticidade.
- Substituição do equipamento: até 3 dias corridos

ITEM 03: Locação com Manutenção de Repetidora Digital/Analógica

- **Descrição:** Equipamento transceptor repetidor responsável por receber, amplificar e retransmitir o sinal com maior potência, garantindo a interoperabilidade e cobertura sem pontos cegos no município.
- **Kit de Instalação e Proteção:** Composto por uma antena colinear de alto ganho (4 dipolos), 50 metros de cabo coaxial de baixa perda RGC213, kit de conectores, duplexador calibrado para as frequências da contratante, sistema de aterramento e proteção contra surtos elétricos (SPDA) e sistema de Nobreak/Baterias corporativo com autonomia mínima de 4 horas.

ITEM 04: Locação de Torre de Telecomunicação Autoportante (30m)



PREFEITURA
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

- **Descrição:** Estrutura metálica autoportante de engenharia de 30 metros de altura, dedicada estritamente à sustentação da antena colinear da repetidora.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Preço Unit. Mensal	Meses	Preço Total Geral	Código Catmat/Juazeiro
01	Locação com Manutenção de Rádio Portátil VHF (HT)	UND	50	R\$ 120,00	12	R\$ 72.000,00	5858200001
02	Locação com Manutenção de Rádio Base VHF (45W)	KIT	01	R\$ 500,00	12	R\$ 6.000,00	5858101392
03	Locação com Manutenção de Repetidora VHF	KIT	01	R\$ 1.800,00	12	R\$ 21.600,00	5858101393
04	Locação de Torre de Telecomunicação Autoportante (30m)	UND	01	R\$ 1.000,00	12	R\$ 12.000,00	5858101394
05	Locação com Manutenção de Rádio Móvel Veicular VHF	UND	10	R\$ 500,00	12	R\$ 60.000,00	5858101395
TOTAL						R\$ 171.600,00	

- **Condição de Instalação:** Deverá ser instalada obrigatoriamente em área de propriedade ou posse legítima da empresa fornecedora contratada. Ou ainda, locada ou disponibilizada pela contratada, desde que atenda integralmente aos requisitos técnicos de altura, estabilidade, segurança, cobertura e licenciamento aplicáveis. Que garanta a visada técnica e a elevação geográfica necessária para a perfeita cobertura de sinal da rede municipal.



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

ITEM 05: Locação com Manutenção de Rádio Móvel Veicular Digital/Analógico (VHF - 45W)

- **Descrição:** Equipamento automotivo VHF de 45W de potência a ser instalado nos veículos operacionais da GCM e dos Bombeiros Civis.
- **Kit de Instalação Veicular:** Antena móvel externa de 3dB, cabo coaxial RG58 de 5,5 metros, conectores apropriados e suporte veicular metálico específico para fixação no painel ou console do veículo.

3.2. TABELA DE QUANTITATIVOS E VALORES ESTIMADOS

3.2.1. O custo total estimado da contratação é de **R\$ 171.600,00 (Cento e setenta e um mil e seiscentos reais)**, conforme parâmetros consolidados na fase preparatória, observando o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21 e o Decreto Municipal nº 056/2024.

3.2.2. O valor global proposto pela licitante deverá contemplar todos os custos necessários à execução integral da solução, incluindo a disponibilização dos equipamentos de radiocomunicação, licenciamento de frequências na ANATEL, transporte, instalação física, ferramentas, substituição de peças, mão de obra especializada, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e taxas incidentes.

3.3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- **3.3.1.** A execução do objeto ocorrerá mediante locação mensal dos equipamentos com disponibilização, instalação, configuração, suporte técnico, treinamento inicial e manutenção corretiva e preventiva integradas.
- **3.3.2.** A Administração emitirá a Ordem de Serviço ou solicitação formal indicando os quantitativos demandados, locais e prioridades de instalação veicular ou de base.
- **3.3.3.** A contratada deverá executar as seguintes etapas mínimas obrigatórias:
 - **I.** Recebimento formal da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria;
 - **II.** Vistoria e avaliação técnica prévia dos veículos e prédios (bases), quando necessária, para orientar quanto à infraestrutura elétrica;
 - **III.** Entrega física dos equipamentos nos locais e horários determinados;
 - **IV.** Instalação física, cabeamento, fixação de antenas, configuração lógica e testes de modulação e cobertura;
 - **V.** Treinamento operacional básico para os servidores designados pela GCM e Bombeiros Civis, garantindo a utilização correta do sistema;
 - **VI.** Monitoramento remoto da estabilidade da repetidora, suporte técnico contínuo e manutenção ininterrupta 24/7;



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

- VII. Registro, tratamento e fechamento dos chamados de suporte técnico dentro dos níveis de serviço (SLA) fixados neste TR.
- 3.4. A contratada será integralmente responsável por todo e qualquer material de consumo acessório indispensável à instalação e perfeito funcionamento da rede (cabos, conectores, suportes veiculares, canaletas, fixadores), sem direito a pleito de custos adicionais.

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DO FORNECIMENTO

a) Do Regime de Execução:

- 4.1. O fornecimento contratado será realizado sob o regime de execução indireta.
- 4.2. A prestação dos serviços operará em caráter contínuo, cobrindo as instalações físicas das bases e a frota de viaturas operacionais da Guarda Civil Municipal e do Corpo de Bombeiros Civis, conforme demandado pela fiscalização.
- 4.3. A execução contratual engloba a entrega de equipamentos com selo de certificação e homologação emitido obrigatoriamente pela ANATEL.

b) Dias e Horários da Entrega:

- Os equipamentos portáteis (HTs) e móveis deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 14:00h, na sede da Secretaria de Segurança Cidadã, situada na Rodovia Lomanto Júnior, BR 407, S/N, Prédio do Antigo DETRAN, Juazeiro – Bahia, CEP: 48.903-440.

c) Forma e Prazos de Entrega:

- 4.4. Os itens demandados deverão ser inteiramente instalados e configurados no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de serviço formal emitida pela Administração.
- 4.5. Caso ocorram impedimentos técnicos de força maior que impossibilitem o estrito cumprimento do prazo, a empresa deverá formalizar justificativa com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis para avaliação da prorrogação pela Secretaria Municipal de Segurança Cidadã
- 4.6. Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, com grau de proteção mecânica contra água, poeira e impactos adequado à atividade policial e de salvamento.



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A modelagem da contratação foi precedida por Estudo Técnico Preliminar (ETP), o qual avaliou as alternativas de mercado aplicáveis para suprir a comunicação crítica da GCM e dos Bombeiros Civis. Foram analisadas três soluções possíveis:

- **Solução 1 – Aquisição Direta dos Equipamentos de Radiocomunicação:** Consistia na compra definitiva dos rádios, antenas e repetidoras. Desvantagens: Elevado desembolso orçamentário inicial, rápida obsolescência tecnológica dos terminais digitais, necessidade de estruturar corpo técnico municipal especializado para manutenção contínua e risco de paralisação da frota por falta de peças de reposição imediata.
- **Solução 2 – Locação Simples dos Aparelhos (Sem Manutenção Integrada):** Locação exclusiva dos terminais de rádio sem cobertura de peças ou suporte à infraestrutura de torre e repetidora. Desvantagens: Fragmentação de responsabilidades contratuais, exigência de licitações paralelas para consertos e risco de inoperância da rede por falha de compatibilidade entre hardware e assistência de terceiros.
- **Solução 3 – Locação de Solução Integrada de Radiocomunicação Digital e Analógica (Solução Escolhida):** Contratação unificada compreendendo a locação dos equipamentos, torre de 30m, infraestrutura de repetidora, suporte técnico com reposição ágil e manutenção corretiva/preventiva inclusas. Vantagens: Preservação do erário público contra depreciação, atualização tecnológica garantida pela contratada, concentração de responsabilidade técnica em um único player mercadológico e garantia de comunicação crítica ininterrupta 24/7 para a segurança pública.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. Os custos decorrentes da presente contratação correrão por conta de dotações orçamentárias específicas a serem indicadas pela Secretaria Municipal de Finanças / Secretaria Municipal de Segurança Cidadã, vinculadas ao órgão requisitante:

- **Unidade:** 23.23.000– Secretaria de Segurança Cidadã.



PREFEITURA
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

- **Projeto/Atividade:** 2123
- **Elemento de Despesa:** 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
- **Fonte de Recursos:** 1500

7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)

7.1. Homologada a licitação no certame, será lavrada a Ata de Registro de Preços (ARP), documento vinculativo com força de compromisso para futuras contratações sob demanda.

7.2. Para a assinatura da ARP, a empresa adjudicatária deverá comprovar a manutenção de todas as condições de habilitação jurídica, fiscal e econômica demonstradas na fase de julgamento.

7.3. O órgão gerenciador da referida Ata de Registro de Preços será a **Secretaria de Segurança Cidadã** do Município de Juazeiro/BA.

7.4. A adjudicatária terá o prazo improrrogável de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação formal, para assinar o instrumento da ARP, sob pena de decair o direito à contratação e sofrer sanções.

7.5. O prazo estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado por uma única vez e por igual período, mediante solicitação formal motivada do licitante e aceitação expressa pela Secretaria de Segurança Cidadã.

7.6. A ARP terá validade e vigência fixadas em **01 (um) ano**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), admitindo-se sua prorrogação por igual período desde que comprovada a estrita vantajosidade econômica dos preços registrados para a Prefeitura.

7.7. As contratações decorrentes da ARP por órgãos não participantes (Adesões/"Caronas") observarão os limites rígidos da legislação: não poderão exceder, por órgão, a 50% dos quantitativos dos itens do edital; e na totalidade geral das adesões, não poderão ultrapassar ao dobro do quantitativo registrado na ARP.

8. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

8.1. O contrato administrativo decorrente deste Termo de Referência terá vigência inicial estabelecida em **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura ou da emissão da primeira Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. A contratada terá o prazo improrrogável de **5 (cinco) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato, para demonstrar plena aptidão técnica e operacional para o recebimento das ordens de serviço e início das instalações.



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

8.3. A infraestrutura de rádio, repetidora e torre deverá permanecer disponível de forma contínua, em perfeito estado de funcionamento e conservação, durante as 24 horas do dia e 7 dias por semana.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO

9.1. Condições Gerais de Execução:

- **I.** Fornecimento obrigatório de equipamentos em primeiro uso, sem defeitos e em estrita conformidade com as especificações da ANATEL.
- **II.** Inclusão integral, sem custos adicionais, de substituição de peças, baterias, antenas avariadas, manutenção e atualizações lógicas.
- **III.** Vedação absoluta à subcontratação total do objeto licitado.
- **IV.** Inexistência de direcionamento de marcas ou modelos específicos de rádio transceptores, garantindo a ampla competitividade do certame.

9.2. Documentação de Habilitação Jurídica:

- Regular inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas da sede da licitante, acompanhado do Contrato Social em vigor ou Estatuto Social consolidado e documentos comprobatórios de eleição de seus administradores.

9.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- **a)** Prova de inscrição regular no CNPJ;
- **b)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (PGFN);
- **c)** Certidão Negativa de Débitos Estaduais e Municipais da sede da licitante;
- **d)** Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS (CRF);
- **e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.4. Qualificação Econômico-Financeira:

- **a)** Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor judicial da sede da empresa nos últimos 30 dias;
- **b)** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis na forma da lei, que comprovem índices de **Liquidez Geral (LG)**,

9



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um), calculados pelas fórmulas oficiais do edital.

- **c) as empresas que apresentarem resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices descritos deverão comprovar obrigatoriamente deter Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor global estimado da contratação.**

9.5. Qualificação Técnica:

- Exige atestado comprovando execução de serviços por período não inferior a 2 anos. Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis em características e complexidade com o objeto da contratação, em quantitativos e condições suficientes para demonstrar a capacidade da licitante.

9.6. Da Garantia de Proposta:

- A licitante deverá anexar obrigatoriamente junto à sua proposta de preços inicial a **Garantia de Proposta no valor de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação (R\$ 1.716,00)**, sob as modalidades legalmente previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

10. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. A seleção do fornecedor dar-se-á por meio da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, por se tratar de objeto cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da legislação aplicável.

10.2. O critério de julgamento da proposta e seleção da empresa vencedora será obrigatoriamente o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

10.2.1. A adoção do critério de menor preço global justifica-se tecnicamente pela natureza integrada da solução tecnológica, a qual exige total compatibilidade física e lógica entre hardware (terminais, repetidora, cabos, antenas), infraestrutura estrutural (torre metálica) e serviços continuados (licenciamento ANATEL, manutenção, suporte), sob pena de fragmentação de responsabilidades e graves prejuízos à comunicação de emergência do município.



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

11. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 056/2024, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para esclarecimentos acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.6. A execução decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Jucinei dos Santos Martins CPF Nº416.414.505-68: , MATRÍCULA: 45129 dessa secretaria, ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

11.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Secretaria Municipal de Segurança Cidadã.

11.8. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

11.9. O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

11.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. 11.13.

11

Assinado por 1 pessoa: EDSON GOMES DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/1E80-1A97-6555-B40F> e informe o código 1E80-1A97-6555-B40F



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

11.14. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do município, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

11.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

11.16. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã ou de seus agentes e prepostos. 11.17. O gestor do contrato, será o servidor Edson Gomes dos Santos, CPF: 932.015.835-53, MATRÍCULA: 0834, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

- I. Analisar a documentação que antecede o pagamento;
- II. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- IV. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- V. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VI. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de fornecimento;

11.18. O contratado deverá indicar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da contratação objeto deste termo de referência.

11.19. O contratado deverá manter preposto aceito pela Secretaria Municipal de Segurança Cidadã durante a prestação do fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O recebimento do objeto, decorrente da referida contratação, se dará:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico quando houver;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

12.2. Os serviços continuados de locação com manutenção e suporte técnico. Provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução do serviço, juntamente com a nota



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

12



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.3. Serviço continuado de locação com manutenção e suporte técnico. Poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de cinco (05) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Secretaria de Segurança Cidadã, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço prestado e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Secretaria de Segurança Cidadã, durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1. A medição dos serviços será realizada **mensalmente**, tomando como base estrita o quantitativo de equipamentos efetivamente disponibilizados, instalados e em perfeito estado de funcionamento operacional em favor das forças de segurança durante o mês de competência.

13.2. Para fins de consolidação da medição mensal, serão avaliados os seguintes parâmetros objetivos:

- Quantitativo físico de rádios HTs, bases e móveis atestadamente operantes;
- Disponibilidade ininterrupta da torre de 30m e da repetidora digital/analógica;



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

- Estrito cumprimento do SLA de suporte técnico (4h) e prazo de substituição por defeito (3 dias);
- Relatório detalhado emitido pela contratada contendo os chamados atendidos e preventivas realizadas.

13.3. Não será objeto de medição ou pagamento qualquer equipamento que tenha permanecido indisponível, inoperante ou pendente de substituição corretiva por falha imputada à empresa fornecedora.

13.4. Após a homologação da medição pelo fiscal e recebimento definitivo do objeto, a Administração Pública municipal terá o prazo de até **10 (dez) dias úteis** para efetuar a devida liquidação da despesa.

13.5. O efetivo pagamento será realizado em favor da contratada por meio de ordem bancária eletrônica no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de finalização da liquidação, respeitando-se a ordem cronológica municipal.

14. DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

14.1. Das obrigações do Órgão ou da Entidade Gerenciadora

14.1.1. Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do Registro de Preços (RP), em especial:

14.1.1.1. Realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

14.1.1.2. Aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;

b) A inclusão de novos itens; e

c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;

14.1.1.3. Consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

14.1.1.4. Realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;

14.1.1.5. Confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência, caso o órgão ou a entidade gerenciadora entenda pertinente;



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

14.1.1.6. Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;

14.1.1.7. Remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto nesta seção;

14.1.1.8. Gerenciar a ata de registro de preços;

14.1.1.9. Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

14.1.1.10. Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

14.1.1.11. Verificar se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto nesta seção e indeferir os pedidos que não o atendam;

14.1.1.12. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta;

14.1.1.13. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações; e

14.1.1.14. Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto de 90 dias para o órgão ou a entidade não participante efetivar a aquisição ou a contratação solicitada.

14.1.1.15. Os procedimentos de que tratam os itens 14.1.1.1 a 14.1.1.4 serão efetivados anteriormente à elaboração do edital.

14.1.1.16. O órgão ou a entidade gerenciadora poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos ou às entidades participantes para a execução das atividades de que tratam os itens 14.1.1.4 e 14.1.1.7.

14.1.1.17. O exame e a aprovação das minutas do edital, serão efetuados exclusivamente pela Assessoria Jurídica do órgão ou da entidade gerenciadora.

14.1.1.18. O órgão ou a entidade gerenciadora deliberará, excepcionalmente, quanto à inclusão, como participante, de órgão ou entidade que não tenha manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o item 14.1.1.3.

14.2. Das obrigações dos Órgãos Participantes, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:

14.2.1 - Registrar no RP sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada:

a) Das especificações do item ou do termo de referência adequado ao registro de preços do qual pretende participar;

b) Da estimativa de consumo; e

c) do local de entrega;

14.2.2 - Garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

14.2.3 - Solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o item 14.2.1 e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;

14.2.4 - Manifestar, junto ao órgão ou à entidade gerenciadora, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório;

14.2.5 - Auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas nos itens 14.1.1.1 a 14.1.1.4;

14.2.6 - Tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

14.2.7 - Assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

14.2.8 - Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;

14.2.9 - Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora; e

14.2.10 - Prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade. 14.2.11. O gestor do contrato será designado pela Administração, devendo acompanhar a execução contratual, controlar prazos, medições, pagamentos, eventuais reajustes, aditivos, ocorrências e demais providências administrativas.

14.2.12. O fiscal do contrato será designado pela Administração, competindo-lhe acompanhar tecnicamente a execução, verificar a conformidade dos equipamentos e serviços, registrar ocorrências, solicitar correções, emitir termos de recebimento provisório ou definitivo e subsidiar o gestor do contrato.

14.2.13. A contratada deverá indicar preposto responsável pela comunicação com a Administração, acompanhamento da execução, recebimento de chamados, prestação de esclarecimentos e adoção das providências necessárias à regular execução contratual.

14.2.14. A fiscalização da Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto a danos, falhas, vícios, omissões, prejuízos e obrigações legais decorrentes da contratação. 14.3. Das obrigações do fornecedor

14.3.1. A seleção do fornecedor deverá ocorrer preferencialmente mediante licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, por se tratar de objeto comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente por meio de especificações usuais de mercado.



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

14.3.2. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, considerando a natureza integrada da solução, que envolve fornecimento conjunto dos equipamentos, instalação, configuração, sistema de gerenciamento, treinamento, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e disponibilidade operacional durante a vigência contratual.

14.3.3 A adoção do julgamento por menor preço global justifica-se pela necessidade de assegurar compatibilidade entre hardware, software, suporte, manutenção e gestão de conteúdo, evitando fragmentação de responsabilidades, incompatibilidades técnicas, dificuldade de fiscalização e prejuízos à continuidade da comunicação institucional.

14.3.4 . A disputa deverá observar as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira compatíveis com o objeto, sem restrições indevidas à competitividade.

14.3.5 Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelos Órgãos Participantes.

14.3.6. Praticar, sempre, o (s) preço (s) e as marca (s) vigente (s) publicado (s) no sítio eletrônico oficial pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora.

14.3.7. Realizar o (s) fornecimento (s) no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e nesta ARP.

14.3.8 garantir a boa qualidade do objeto contratado, respondendo por qualquer deterioração, readequando-o sempre que for o caso.

14.3.9 O fornecedor deverá garantir a qualidade do (s) produto (s) entregue (s) mesmo após o vencimento desta ARP.

14.3.10. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável.

14.3.11. Entregar, o (s) laudo (s) de análise do (s) produto (s), quando necessário e exigido pela Secretaria Municipal de Segurança Cidadã, durante a execução do fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável.

14.3.12. Manter, durante toda a vigência desta ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do Órgão ou Entidade Gerenciadora ou Órgão Participante, quando solicitadas.

14.3.13. Comunicar ao Órgão ou Entidade Gerenciadora toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

14.3.14. Apresentar, sempre que solicitado pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

14.3.15. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.

14.3.16. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.

14.3.17. Responder, integralmente, pelos danos causados ao Órgão ou Entidade Gerenciadora ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução desta ARP, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato de a execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do Órgão ou Entidade Gerenciadora e Órgãos Participantes. 14.3.18. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

15.1. Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo de outras previstas no edital, contrato e legislação aplicável:

- Responsabilizar-se, entregar, instalar, configurar e manter os equipamentos conforme as especificações deste Termo de Referência;
 - Garantir o pleno funcionamento dos rádios, torre, e rádios moveis;
 - Realizar manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico remoto e presencial, substituição sem custo adicional; -
 - Cumprir os prazos de atendimento técnico e os níveis mínimos de serviço estabelecidos;
 - Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
 - Comunicar imediatamente à Administração qualquer anormalidade, falha ou impedimento que possa comprometer a execução do objeto;
 - Preservar a segurança, confidencialidade e integridade dos conteúdos e dados eventualmente acessados durante a execução contratual;
 - Responder por danos causados à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolo ou culpa, na execução do contrato;
- Disponibilizar, instalar e configurar os rádios portáteis, móveis e bases em conformidade integral com os prazos limites fixados neste Termo de Referência;
- Responsabilizar-se de forma exclusiva pelo licenciamento e homologação das frequências de operação da rede perante a ANATEL, suportando todas as taxas correspondentes;
 - Manter, às suas expensas, suporte técnico com canal de acionamento 24 horas por dia (via telefone/WhatsApp) e preposto técnico habilitado aceito pela Secretaria;



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

- Providenciar a imediata manutenção e substituição de qualquer rádio com defeito, sem custos adicionais à contratante;
- Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários e salariais de seu pessoal técnico mobilizado para a prestação dos serviços no município de Juazeiro/BA.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

- Emitir Ordem de Serviço e indicar os locais de instalação dos equipamentos;
- Disponibilizar acesso aos locais de execução, observadas as normas internas de segurança;
- Fornecer as informações, conteúdos, materiais e orientações necessárias à configuração e operação da solução;
- Acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- Registrar e comunicar à contratada eventuais falhas, defeitos ou inconformidades;
- Atestar as medições e notas fiscais quando comprovada a execução regular;
- Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
- Designar gestor e fiscal do contrato.

16.2. A Secretaria de Segurança Cidadã não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17. DA GARANTIA DO PRODUTO

A empresa deve ser obrigada a substituir os equipamentos que apresentarem quaisquer defeitos conforme as descrições dos serviços neste Termo de Referência.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no edital, no contrato e demais normas aplicáveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.2. Poderão ensejar aplicação de sanções, entre outras condutas: atraso injustificado, não instalação dos equipamentos, indisponibilidade reiterada da solução, descumprimento de SLA, entrega de equipamento em desconformidade, recusa injustificada em substituir componente defeituoso, falha de suporte técnico, inexecução parcial ou total do objeto e apresentação de informações falsas.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



PREFEITURA
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

19.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais pactuadas sujeitará a empresa contratada à aplicação das sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, englobando as seguintes penalidades:

- **I. Advertência** por faltas leves devidamente registradas;
- **II. Multa moratória** pelo atraso injustificado na entrega/instalação inicial dos equipamentos ou pelo descumprimento reincidente do SLA de reparo técnico;
- **III. Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública;
- **IV. Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, nos termos da legislação federal, assegurados sempre o contraditório e a ampla defesa prévia.

20. JUSTIFICATIVA / FINALIDADE

20.1. A presente contratação tem por finalidade dotar a Guarda Civil Municipal e o Corpo de Bombeiros Cíveis de Juazeiro/BA de uma infraestrutura moderna, unificada e digital de telecomunicações, extinguindo o uso obsoleto de meios analógicos de comunicação ou ferramentas civis sem criptografia. A disponibilização de rádios com cobertura total e sem pontos cegos reduz sensivelmente o tempo de resposta em chamados de emergência da população e resguarda a vida e integridade dos agentes públicos em missões críticas de patrulhamento no município.

20.2. A viabilidade técnica e econômica da contratação evidencia-se pela melhoria da comunicação operacional entre as equipes, redução dos riscos de indisponibilidade dos equipamentos, centralização da manutenção preventiva e corretiva, redução de custos decorrentes da aquisição e obsolescência dos equipamentos, maior previsibilidade das despesas e garantia de suporte técnico contínuo durante a vigência contratual.

20.3. Dessa forma, a contratação atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, inovação, transparência e seleção da proposta mais vantajosa, justificando-se plenamente sua adoção.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Este Termo de Referência foi formalmente elaborado e estruturado com base nas informações técnicas consolidadas no Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 183/2026; no (ETP) Estudo Técnico Preliminar; no orçamento estimado, e na tabela de especificações encaminhada para instrução do processo, constituindo instrumento apto a subsidiar a futura contratação.



P R E F E I T U R A
JUAZEIRO
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

Secretaria de
Segurança Cidadã

21.2. Os casos omissos ou as dúvidas de interpretação técnica decorrentes deste documento serão dirimidos conjuntamente com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 056/2024 de Juazeiro/BA.

21.3. Fica eleito o foro da Comarca de Juazeiro – Estado da Bahia, como o único e juridicamente competente para dirimir quaisquer demandas, litígios ou controvérsias decorrentes da futura contratação, por mais privilegiado que outro foro possa ser.

Nº DA DFD/SD: 183/2026

21.4. Os campos relativos ao valor estimado, dotação orçamentária, gestor, fiscal, local de execução específico e demais informações administrativas deverão ser complementadas pela Administração antes da publicação do instrumento convocatório ou formalização da contratação, quando aplicável.

21.5. O Município de Juazeiro - BA reserva-se no direito de impugnar o fornecimento prestado, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

22. Nº DA DFD/SD: 183/2026 APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias ao fornecimento, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Edson Gomes dos Santos
Inspetor GCM / Coordenador
Juazeiro/BA, 20 de julho de 2026.

Adegivaldo Mota da Silva
Secretário Municipal de Segurança Cidadã

ANEXO II
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO/BA
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026 (SRP)

PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA

Apresentamos nossa proposta para prestação de serviços de **locação de sistema de rádios comunicadores com manutenção preventiva e corretiva, locação de repetidora digital e analógica com kit de instalação e locação de torre de telecomunicação de 30m para sustentação de antena**, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
NIRE:
REPRESENTANTE E CARGO:
RG:
CPF:
ENDEREÇO e TELEFONE:
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	U.M	QTD.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$

Valor Total da Proposta: R\$ _____ (valor por extenso) *

3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

3.1. Declaramos que manteremos válida a nossa proposta por _____ (_____) dias contados da data de apresentação da mesma.

4. LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO: _____.

5. DECLARAÇÃO

Declaramos que:

- a) No preço proposto estão inclusos e diluídos os custos que envolvem a prestação dos serviços, bem como todos os custos relativos à mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, as contribuições fiscais, transporte e seguro, bem como as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras necessárias a total execução do serviço.

- b) Cumpriremos rigorosamente as especificações e as recomendações da fiscalização da CONTRATANTE.
- c) Que temos pleno conhecimento dos trechos e das condições locais, comprometendo-nos desde já a executar o serviço na forma exigida por esta Administração.

_____, ____ de _____ de 2026.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA
RAZÃO SOCIAL CNPJ



ANEXO III
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA, por meio da Secretaria Municipal De Segurança Cidadã inscrita no CNPJ sob o nº **13.915.632/0001-27**, com sede na Rua 15 de julho, Nº 32, Centro, Juazeiro, Estado da Bahia, neste ato representada pelo **Sr. ADEGIVALDO MOTA DA SILVA, Secretário de Segurança Cidadã**, nomeado pela Decreto nº 044/2025, publicado no DOM de 08 de janeiro de 2025, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o resultado do **Pregão Eletrônico nº 043/2026 — Sistema de Registro de Preços, Processo Administrativo nº 227/2026**, com critério de julgamento **valor global do lote único**, resolve registrar os preços do prestador abaixo identificado, observadas as condições do edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora, da Lei nº 14.133/2021, da regulamentação municipal aplicável e das cláusulas seguintes.

Prestador registrado: [razão social]

CNPJ:

Endereço:

Representante legal: [nome, CPF, cargo/função]

E-mail:

Telefone:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de locação de sistema de rádios comunicadores com manutenção preventiva e corretiva, locação de repetidora digital e analógica com kit de instalação e locação de torre de telecomunicação de 30m para sustentação de antena, conforme condições, quantidades estimadas, locais de execução, níveis de serviço, critérios de medição, especificações e exigências estabelecidas no edital, no Termo de Referência e na proposta vencedora.

1.2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição:

- I — o edital da licitação;
- II — o Termo de Referência;
- III — a proposta vencedora;
- IV — o mapa de preços registrados;

V — o cadastro de reserva, quando houver;

VI — a minuta de contrato, quando aplicável;

VII — o modelo de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente;

VIII — o modelo de instrumento de medição, relatório de execução ou documento equivalente, quando aplicável;

IX — os demais documentos constantes do processo administrativo.

1.3. A Ata de Registro de Preços não constitui contrato administrativo e não obriga a Administração à contratação integral ou parcial dos quantitativos registrados.

1.4. A Administração poderá realizar licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada a vantagem, sem que caiba ao prestador registrado direito subjetivo à contratação.

1.5. A presente Ata não envolve dedicação exclusiva de mão de obra, inexistindo alocação contínua de empregados da contratada nas dependências da Administração em regime de subordinação, pessoalidade ou controle direto de jornada pela Administração.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E UNIDADES DE SERVIÇO

2.1. Os preços registrados, as especificações dos serviços, as unidades de medida, os quantitativos estimados e as demais condições ofertadas constam da tabela abaixo:

Item/Lote	Descrição do serviço	Unidade de medida	Quantidade estimada	Periodicidade, quando aplicável	Local de execução, quando aplicável	Valor unitário	Valor mensal, quando aplicável	Valor total estimado
1						R\$	R\$	R\$
2						R\$	R\$	R\$

2.2. Os quantitativos registrados são estimativos e não obrigam a Administração à contratação total ou parcial.

2.3. Os preços registrados incluem todos os custos necessários à execução integral dos serviços, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, deslocamentos, materiais, equipamentos, insumos, seguros, administração, lucro, correções, refazimento de serviços recusados e demais despesas diretas ou indiretas.

2.4. Havendo divergência entre a descrição resumida constante da tabela e a especificação detalhada do Termo de Referência, prevalecerá a solução tecnicamente compatível com o edital, o Termo de Referência e a proposta aceita, devendo eventual inconsistência ser formalmente saneada pela Administração.

2.5. Os preços registrados deverão observar a unidade de medida e a forma de medição previstas no Termo de Referência, sendo vedado o pagamento por serviços não executados, não medidos, não atestados ou não recebidos pela Administração.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador da Ata será **[indicar órgão/entidade]**.

3.2. São órgãos ou entidades participantes, quando houver:

Órgão/Entidade participante	CNPJ	Quantitativo vinculado	Observação
-----------------------------	------	------------------------	------------

3.3. Não havendo órgãos ou entidades participantes, deverá constar expressamente: **“Não há órgãos ou entidades participantes nesta Ata de Registro de Preços.”**

3.4. Compete ao órgão gerenciador:

- I — gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- II — controlar os quantitativos registrados, contratados, remanejados e eventualmente utilizados por adesão;
- III — convocar prestadores registrados, quando necessário;
- IV — conduzir negociações de preços;
- V — decidir sobre revisão, atualização ou cancelamento de preços registrados;
- VI — analisar, autorizar ou rejeitar pedidos de adesão;
- VII — acompanhar a compatibilidade dos preços registrados com o mercado;
- VIII — adotar providências para apuração de descumprimentos relacionados à Ata.

4. DA VIGÊNCIA, EFICÁCIA E PUBLICIDADE

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A eficácia da Ata e de suas alterações dependerá da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, sem prejuízo da publicação nos demais meios oficiais adotados pela Administração.

4.3. A prorrogação da Ata dependerá de:

- I — demonstração de vantajosidade dos preços registrados;
- II — pesquisa de preços ou outro meio idôneo de comprovação da compatibilidade com o mercado;
- III — manifestação favorável do órgão gerenciador;
- IV — anuência do prestador registrado;
- V — formalização antes do término da vigência.

4.4. A prorrogação da Ata não implica renovação automática de contratos, Ordens de Serviço, notas de empenho, autorizações de serviço ou instrumentos equivalentes dela decorrentes.

5. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA E DO CADASTRO DE RESERVA

5.1. Após a homologação da licitação, o licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital.

5.2. O prazo de assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do licitante vencedor, apresentada antes do término do prazo inicial e aceita pela Administração.

5.3. A recusa injustificada em assinar a Ata no prazo estabelecido sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da convocação dos remanescentes.

5.4. O cadastro de reserva será formado, quando previsto no edital, pelos licitantes que:

- I — aceitarem registrar os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; ou
- II — mantiverem sua proposta original, observada a ordem de classificação.

5.5. Os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas ao preço do adjudicatário antecederão, na ordem do cadastro de reserva, aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. A habilitação dos licitantes integrantes do cadastro de reserva poderá ser verificada quando houver necessidade de contratação ou convocação, especialmente nas hipóteses de:

- I — recusa do vencedor em assinar a Ata;
- II — cancelamento do registro do prestador;

III — impossibilidade de atendimento pelo prestador registrado;

IV — necessidade de convocação de remanescente, observada a ordem de classificação.

5.6. O cadastro de reserva, quando existente, integrará a Ata como anexo.

6. DA CONTRATAÇÃO DECORRENTE DA ATA

6.1. A contratação decorrente da Ata poderá ser formalizada por contrato administrativo, nota de empenho, Ordem de Serviço, autorização de serviço ou outro instrumento equivalente admitido pela legislação aplicável.

6.2. A contratação será realizada conforme a necessidade da Administração, mediante disponibilidade orçamentária, autorização da autoridade competente e emissão do instrumento próprio.

6.3. A contratação decorrente da Ata deverá ser formalizada durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.4. O prestador registrado será convocado para assinar, aceitar ou retirar o instrumento de contratação no prazo indicado pela Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

6.5. O prestador registrado deverá manter, durante a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação, qualificação e regularidade exigidas no edital e no Termo de Referência.

6.6. Antes da contratação, a Administração poderá verificar a manutenção das condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista do prestador registrado.

6.7. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

7. DA ORDEM DE SERVIÇO E DO INÍCIO DA EXECUÇÃO

7.1. A execução dos serviços dependerá de emissão de Ordem de Serviço, autorização de serviço, nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente.

7.2. A Ordem de Serviço ou instrumento equivalente deverá indicar, no mínimo:

I — o serviço a ser executado;

II — item, lote ou grupo correspondente;

III — quantidade estimada ou demanda autorizada;

IV — unidade de medida;

V — local de execução;

- VI — prazo de início e conclusão, quando aplicável;
- VII — periodicidade da execução, quando houver;
- VIII — responsável pelo acompanhamento;
- IX — critérios de medição e aceite, quando aplicável;
- X — valor estimado da demanda.

7.3. O prazo de execução será contado do recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente pelo prestador registrado, salvo disposição diversa no Termo de Referência ou no contrato.

7.4. A execução sem prévia emissão de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente não gera obrigação de pagamento pela Administração, salvo reconhecimento expresso e motivado da autoridade competente quanto ao benefício efetivamente recebido.

8. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, MEDIÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. Os serviços deverão ser executados conforme as condições, prazos, locais, quantitativos, especificações, metodologia, níveis de serviço, padrões de qualidade e critérios de medição definidos no edital, no Termo de Referência, nesta Ata e no instrumento de contratação.

8.2. A execução poderá ocorrer de forma integral, parcelada, periódica ou sob demanda, conforme definido no Termo de Referência e na Ordem de Serviço.

8.3. A medição dos serviços será realizada conforme periodicidade, documentos, critérios objetivos, níveis de serviço, indicadores de desempenho e parâmetros previstos no Termo de Referência, no contrato ou instrumento equivalente.

8.4. Somente serão medidos, atestados e pagos os serviços efetivamente executados, aceitos e recebidos pela Administração.

8.5. O recebimento provisório ocorrerá após a execução ou medição dos serviços, para verificação inicial de conformidade.

8.6. O recebimento definitivo ocorrerá após análise da conformidade técnica, documental e quantitativa dos serviços executados, observado o Termo de Referência e o instrumento de contratação.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do prestador registrado por vícios, defeitos, inadequações, desconformidades, falhas de execução ou irregularidades posteriormente identificadas.

8.8. Serviços executados em desconformidade deverão ser corrigidos, refeitos ou complementados pelo prestador registrado, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.9. A recusa, glosa ou determinação de refazimento dos serviços deverá ser motivada e registrada pela fiscalização ou pelo setor responsável pelo recebimento.

8.10. A Administração poderá aplicar glosas proporcionais quando houver execução parcial, inadequada, intempestiva ou em desconformidade com os níveis de serviço, indicadores ou critérios de medição previstos no Termo de Referência, no contrato ou na Ordem de Serviço.

9. DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS, METODOLOGIA, NÍVEIS DE SERVIÇO E DOCUMENTAÇÃO

9.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com o Termo de Referência, a proposta aceita, a legislação aplicável, as normas técnicas pertinentes e as orientações da fiscalização.

9.2. Quando aplicável, o prestador registrado deverá observar metodologia, rotinas, cronogramas, níveis mínimos de serviço, indicadores de desempenho, relatórios de execução, instrumentos de medição e demais parâmetros definidos no Termo de Referência.

9.3. Quando aplicável, o prestador registrado deverá disponibilizar materiais, equipamentos, ferramentas, sistemas, insumos, licenças, autorizações, certificações, profissionais qualificados ou outros recursos necessários à execução adequada dos serviços, nos termos do Termo de Referência.

9.4. A Administração poderá recusar serviços:

- I — em desconformidade com as especificações do Termo de Referência;
- II — executados em local, prazo, forma ou metodologia diversa da autorizada;
- III — sem documentação técnica exigida;
- IV — sem observância dos níveis mínimos de serviço ou indicadores de desempenho;
- V — em desacordo com a proposta vencedora;
- VI — em desconformidade com a legislação aplicável;
- VII — que não atendam à finalidade pública da contratação.

9.5. A correção, complementação ou refazimento dos serviços recusados deverá ocorrer sem ônus adicional para a Administração.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR REGISTRADO

10.1. São obrigações do prestador registrado:

- I — cumprir integralmente as condições da Ata, do edital, do Termo de Referência, da proposta aceita e do instrumento de contratação;
- II — prestar os serviços registrados nos preços, prazos, locais e condições estabelecidos;
- III — manter as condições de habilitação, qualificação técnica e regularidade exigidas na licitação;
- IV — comunicar à Administração, de forma imediata e justificada, qualquer fato que possa comprometer a execução dos serviços;
- V — corrigir, refazer ou complementar serviços recusados, defeituosos ou em desconformidade, às suas expensas;
- VI — responsabilizar-se por tributos, encargos, deslocamentos, materiais, equipamentos, seguros e demais custos necessários à execução;
- VII — responder por vícios, defeitos, falhas, danos ou prejuízos decorrentes da execução dos serviços;
- VIII — observar as normas técnicas, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais, de segurança e demais normas aplicáveis;
- IX — não transferir a terceiros as obrigações assumidas, salvo autorização expressa da Administração, quando admitida;
- X — atender às solicitações de fiscalização, diligência e comprovação documental formuladas pela Administração;
- XI — apresentar relatórios, documentos de medição, comprovantes de execução ou outros documentos exigidos no Termo de Referência ou no instrumento de contratação;
- XII — preservar sigilo sobre informações, dados, documentos ou rotinas administrativas a que tiver acesso em razão da execução dos serviços;
- XIII — reparar integralmente danos causados à Administração ou a terceiros em razão da execução da Ata ou dos instrumentos dela decorrentes.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

11.1. São obrigações da Administração:

- I — gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- II — emitir Ordem de Serviço, autorização de serviço, nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente quando houver necessidade de execução;
- III — indicar local, prazo, horário, quantitativo e condições de execução;
- IV — acompanhar, medir, receber e fiscalizar os serviços executados;

V — comunicar irregularidades e solicitar correções, complementações, refazimentos ou esclarecimentos;

VI — efetuar os pagamentos devidos nos termos do instrumento de contratação, após medição, atesto, liquidação e recebimento definitivo, quando cabível;

VII — promover, quando cabível, revisão, negociação ou cancelamento dos preços registrados;

VIII — instaurar procedimento de apuração de responsabilidade quando houver descumprimento das obrigações;

IX — manter registros de utilização dos quantitativos registrados, inclusive os decorrentes de adesão, quando houver.

12. DA ALTERAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços registrados, observadas a Lei nº 14.133/2021, a regulamentação aplicável, o edital e esta Ata.

12.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador convocará o prestador registrado para negociar sua redução.

12.3. Caso o prestador não aceite reduzir o preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido quanto ao item, lote ou grupo, sem aplicação de penalidade, desde que não tenha havido descumprimento anterior de obrigação.

12.4. Na hipótese do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os prestadores integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

12.5. Não havendo êxito na negociação, o órgão gerenciador poderá cancelar o preço registrado e adotar as medidas necessárias à obtenção de contratação mais vantajosa.

12.6. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o prestador não puder cumprir as obrigações assumidas, poderá requerer a alteração do preço registrado, antes do descumprimento da obrigação, mediante comprovação de fato superveniente que inviabilize o cumprimento do preço registrado.

12.7. O pedido de alteração de preço deverá ser acompanhado de documentos idôneos, tais como notas fiscais, contratos, cotações, publicações oficiais, planilhas de composição de custos, documentos fiscais, demonstrações de variação de insumos, custos operacionais ou outros elementos aptos a comprovar:

- I — a ocorrência de fato superveniente;
- II — o impacto efetivo no custo do serviço registrado;
- III — a relação entre o fato alegado e o preço registrado;
- IV — a compatibilidade do novo preço com os valores praticados no mercado.

12.8. A ausência de comprovação suficiente implicará o indeferimento do pedido, permanecendo o prestador obrigado a cumprir o preço registrado, sob pena de cancelamento do registro e aplicação das sanções cabíveis.

12.9. Comprovada a elevação dos custos e a compatibilidade com o mercado, o órgão gerenciador poderá atualizar o preço registrado, mediante decisão motivada.

12.10. A alteração ou atualização do preço registrado deverá ser formalizada por apostilamento, termo próprio ou outro instrumento admitido pela regulamentação aplicável, com divulgação nos meios oficiais.

12.11. Para serviços comuns sem dedicação exclusiva de mão de obra, não se aplica a repactuação típica de contratos com dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra, sem prejuízo do reajuste contratual por índice e da revisão ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses legais, quando formalizada a contratação decorrente da Ata.

13. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO PRESTADOR

13.1. O registro do prestador poderá ser cancelado quando:

- I — descumprir as condições da Ata, do edital, do Termo de Referência ou do instrumento de contratação;
- II — não aceitar reduzir o preço registrado quando este se tornar superior ao praticado no mercado;
- III — não retirar, aceitar ou assinar o instrumento de contratação no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- IV — não comprovar a manutenção das condições de habilitação, qualificação ou regularidade exigidas;
- V — sofrer sanção que o impeça de licitar ou contratar com a Administração;
- VI — não cumprir as obrigações de execução dos serviços;
- VII — houver interesse público devidamente motivado;
- VIII — ocorrer caso fortuito ou força maior que inviabilize o cumprimento da Ata, devidamente comprovado.

13.2. O cancelamento do registro do prestador deverá ser formalizado por decisão motivada, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando houver imputação de descumprimento.

13.3. O cancelamento do registro não afasta a possibilidade de aplicação de sanções administrativas, quando cabíveis.

13.4. Cancelado o registro do prestador, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e as condições previstas nesta Ata.

14. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. O preço registrado poderá ser cancelado quando:

- I — não houver êxito nas negociações para adequação ao preço de mercado;
- II — não houver prestador interessado em manter o preço registrado;
- III — o preço de mercado tornar inviável ou desvantajosa a manutenção do registro;
- IV — houver fato superveniente que comprometa a vantajosidade ou a adequação do registro;
- V — houver interesse público devidamente justificado;
- VI — o serviço se tornar inadequado ou desnecessário à Administração.

14.2. O cancelamento do preço registrado deverá ser formalizado nos autos, com indicação dos fundamentos e divulgação nos meios oficiais cabíveis.

15. DO REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS ENTRE ÓRGÃOS PARTICIPANTES

15.1. O remanejamento de quantitativos registrados entre órgãos ou entidades participantes somente será admitido quando houver órgãos participantes formalmente indicados na Ata e desde que observado o interesse público, a disponibilidade do quantitativo registrado e a anuência do órgão gerenciador.

15.2. O remanejamento não poderá aumentar o quantitativo total registrado na Ata.

15.3. Não havendo órgãos ou entidades participantes, esta cláusula não será aplicável.

16. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

16.1. Durante a vigência da Ata, será admitida a adesão por órgãos e entidades não participantes, observadas as condições previstas na Lei nº 14.133/2021, na regulamentação aplicável, no edital e nesta Ata.

16.2. A adesão dependerá de:

- I — justificativa da vantagem da adesão, inclusive quanto à economicidade, oportunidade e conveniência administrativa;
- II — demonstração de compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado;
- III — consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador;
- IV — aceitação expressa do prestador registrado;
- V — demonstração de que a adesão não prejudicará as obrigações assumidas perante o órgão gerenciador e os órgãos participantes;
- VI — observância dos limites legais e regulamentares de quantitativos;
- VII — compatibilidade entre o objeto aderido, a capacidade operacional do prestador registrado e as condições de execução previstas no Termo de Referência.

16.3. O órgão gerenciador poderá rejeitar a adesão quando esta puder comprometer:

- I — a execução da Ata;
- II — a capacidade operacional do prestador registrado;
- III — a regularidade do atendimento ao órgão gerenciador ou aos participantes;
- IV — a gestão dos quantitativos;
- V — a vantajosidade ou a finalidade do registro de preços;
- VI — a qualidade, continuidade ou tempestividade da execução dos serviços.

16.4. Autorizada a adesão, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação no prazo legal ou regulamentar aplicável, observado o prazo de vigência da Ata.

16.5. As contratações adicionais decorrentes de adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, os limites legais e regulamentares incidentes sobre os quantitativos registrados para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.6. O quantitativo total decorrente das adesões não poderá exceder o limite legal ou regulamentar aplicável ao conjunto dos quantitativos registrados na Ata.

16.7. A adesão não poderá acarretar acréscimo dos quantitativos originalmente registrados na Ata.

16.8. O órgão ou entidade aderente será responsável pelos atos relativos à sua contratação, fiscalização, medição, pagamento, sanções e gestão do instrumento decorrente da adesão.

16.9. A autorização de adesão não dispensa o órgão ou entidade aderente de demonstrar, em seu próprio processo administrativo, a regularidade, a vantajosidade, a compatibilidade dos preços e o atendimento ao interesse público.

17. DA VEDAÇÃO AO ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS DA ATA

17.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

17.2. A vedação prevista no item anterior não impede alterações nos contratos decorrentes da Ata, quando cabíveis, desde que observada a Lei nº 14.133/2021, o edital, o Termo de Referência e os limites próprios do instrumento contratual.

17.3. A alteração de contrato decorrente da Ata não autoriza a ampliação dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

18. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O descumprimento das obrigações assumidas na Ata, no edital, no Termo de Referência, no contrato, na Ordem de Serviço, na nota de empenho, na autorização de serviço ou em instrumento equivalente sujeitará o prestador registrado às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no instrumento de contratação.

18.2. A aplicação de sanções observará o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa, a proporcionalidade, a dosimetria e a decisão motivada.

18.3. A recusa injustificada em assinar a Ata, aceitar ou retirar o instrumento de contratação, entregar documentação exigida, manter a proposta, cumprir os prazos de execução, corrigir serviços recusados ou refazer serviços em desconformidade poderá ensejar apuração de responsabilidade.

18.4. As sanções aplicadas deverão ser registradas nos cadastros e meios oficiais cabíveis, observada a legislação aplicável.

18.5. A aplicação de sanção não afasta a obrigação de reparação integral de eventual dano causado à Administração.

18.6. A Ata não substitui o regime sancionatório previsto no edital e no instrumento de contratação, que deverão ser observados de forma sistemática e compatível com a Lei nº 14.133/2021.

19. DA PROTEÇÃO DE DADOS, SIGILO, INTEGRIDADE E CONDUTA ÉTICA

19.1. As partes deverão observar a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, quando houver tratamento de dados no curso da execução da Ata ou dos instrumentos dela decorrentes.

19.2. O prestador registrado deverá manter sigilo sobre informações, documentos, dados, rotinas administrativas, sistemas, procedimentos ou quaisquer elementos a que tenha acesso em razão da execução da Ata ou dos instrumentos dela decorrentes.

19.3. O prestador registrado deverá adotar conduta ética, íntegra e compatível com o interesse público, abstendo-se de praticar atos de fraude, corrupção, conluio, favorecimento indevido ou quaisquer atos lesivos à Administração Pública.

19.4. A prática de ato lesivo à Administração sujeitará o prestador às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo da aplicação da legislação anticorrupção.

20. DAS COMUNICAÇÕES

20.1. As comunicações entre a Administração e o prestador registrado ocorrerão preferencialmente por meio eletrônico, pelos endereços indicados na proposta, no cadastro do prestador, no sistema eletrônico da licitação ou em outro meio oficialmente informado.

20.2. O prestador registrado é responsável por manter seus dados cadastrais atualizados durante toda a vigência da Ata e dos instrumentos dela decorrentes.

20.3. A comunicação enviada ao endereço eletrônico informado pelo prestador será considerada válida, salvo comprovação de erro imputável à Administração.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A Ata vincula as partes aos termos do edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e dos demais documentos do processo administrativo.

21.2. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, na regulamentação aplicável, no edital, no Termo de Referência e nos princípios que regem as contratações públicas.

21.3. A nulidade de cláusula específica não prejudicará a validade das demais disposições da Ata, desde que preservadas a legalidade, a isonomia, a competitividade, a vantajosidade e o interesse público.

21.4. Fica eleito o foro da Comarca de **Juazeiro**, Estado da **Bahia**, para dirimir questões decorrentes da Ata que não possam ser solucionadas administrativamente, ressalvadas as competências legais dos órgãos de controle.

21.5. E, por estarem de acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços, preferencialmente por meio eletrônico, para que produza seus efeitos legais.



Juazeiro/BA, xx de xxxx de 2026.

[Representante do órgão gerenciador]

[Cargo]

[Prestador registrado]

[Representante legal]

ANEXO I DA ATA — MAPA DE PREÇOS REGISTRADOS

Item/Lote	Descrição do serviço	Unidade de medida	Quantidade registrada	Periodicidade, quando aplicável	Local de execução, quando aplicável	Valor unitário	Valor mensal, quando aplicável	Valor total estimado
1						R\$	R\$	R\$

ANEXO II DA ATA — CADASTRO DE RESERVA, QUANDO HOUVER

Ordem	Licitante	CNPJ	Item/Lote	Preço registrado	Condição
1				R\$	Aceitou preço do adjudicatário
2				R\$	Manteve proposta original

ANEXO IV

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA E [CONTRATADA].

O MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA, por meio da Secretaria Municipal De Segurança Cidadã, inscrita no CNPJ sob o nº **13.915.632/0001-27**, com sede na Rua 15 de julho, Nº 32, Centro, Juazeiro, Estado da Bahia, neste ato representada pelo **Sr. ADEGIVALDO MOTA DA SILVA, Secretário de Segurança Cidadã**, nomeado pela Decreto nº 044/2025, publicado no DOM de 08 de janeiro de 2025, doravante denominado(a) **CONTRATANTE**, e **[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]**, inscrita no CNPJ sob o nº [____], com sede em **[endereço completo]**, neste ato representada por **[nome, CPF e cargo/função]**, conforme atos constitutivos ou procuração constante dos autos, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 227/2026**, e em observância à Lei nº 14.133/2021, à regulamentação aplicável e ao **Pregão Eletrônico nº 043/2026**, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços comuns de **locação de rádios comunicadores**, sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades, unidades de medida, locais de execução, critérios de medição, valores e exigências estabelecidos neste instrumento, no edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, e na proposta da contratada.

1.2. O objeto contratado compreende os seguintes itens:

Item	Descrição do serviço	Unidade de medida	Quantidade estimada	Periodicidade, quando aplicável	Local de execução, quando aplicável	Valor unitário	Valor mensal, quando aplicável	Valor total
1						R\$	R\$	R\$
2						R\$	R\$	R\$

1.3. Integram este contrato, independentemente de transcrição:

- I — o edital da licitação ou o ato que autorizou a contratação direta;
- II — o Termo de Referência;
- III — a Ata de Registro de Preços, quando houver;
- IV — a proposta da contratada;
- V — eventuais anexos e documentos complementares constantes do processo administrativo.

1.4. Havendo divergência entre os documentos que integram a contratação, a Administração deverá interpretá-los de forma sistemática, preservando a legalidade, o interesse público, a finalidade da contratação e a compatibilidade técnica do objeto, sem prejuízo do saneamento formal da inconsistência quando necessário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA — DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, À ATA E À PROPOSTA

2.1. Este contrato vincula-se ao edital, ao Termo de Referência, à Ata de Registro de Preços, quando houver, à proposta da contratada e aos demais documentos constantes do processo administrativo.

2.2. A contratada obriga-se a cumprir o objeto nas condições ofertadas em sua proposta e aceitas pela Administração, observadas as especificações técnicas, os prazos, os preços, os critérios de medição, os níveis de serviço, quando aplicáveis, e as demais obrigações estabelecidas nos documentos da contratação.

2.3. A assinatura deste contrato implica a aceitação integral das condições constantes do edital, do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços, quando houver, e da proposta vencedora.

3. CLÁUSULA TERCEIRA — DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. A execução deste contrato será regida pela Lei nº 14.133/2021, pela regulamentação aplicável, pelo edital, pelo Termo de Referência, pela Ata de Registro de Preços, quando houver, pela proposta da contratada e pelas cláusulas deste instrumento.

3.2. Aplicam-se, quando compatíveis com o objeto, as normas de defesa do consumidor, normas técnicas, normas ambientais, normas tributárias, normas trabalhistas, normas previdenciárias, normas de segurança e demais normas especiais incidentes sobre os serviços prestados.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, nos princípios das contratações públicas, na legislação aplicável e nos documentos que instruem o processo administrativo.

4. CLÁUSULA QUARTA — DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O contrato terá vigência de **1 ano (12) meses**, contados da data de sua última assinatura, observada a natureza dos serviços e as condições estabelecidas no Termo de Referência.

4.2. Quando se tratar de serviço não contínuo, a vigência deverá abranger o prazo necessário para emissão da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, execução dos serviços, medição, recebimento definitivo, pagamento e cumprimento das obrigações acessórias.

4.3. Quando se tratar de serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra, a vigência poderá observar os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa, previsão no edital e demonstração de vantajosidade.

4.4. Eventual prorrogação será formalizada mediante termo aditivo, antes do término da vigência contratual, observadas a justificativa administrativa, a manutenção das condições de habilitação da contratada e a vantajosidade para a Administração.

4.5. A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA — DA FORMA DE PRESTAÇÃO, EXECUÇÃO, MEDIÇÃO E RECEBIMENTO

5.1. A prestação dos serviços será realizada conforme as condições, prazos, locais, quantidades, unidades de medida, especificações, critérios de medição e níveis de serviço definidos no edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, quando houver, neste contrato e na Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

5.2. A prestação dos serviços poderá ocorrer de forma integral, parcelada, periódica ou sob demanda da Administração, mediante emissão de Ordem de Serviço, autorização de serviço, nota de empenho ou instrumento equivalente.

5.3. O prazo de início da execução será de **10 (dez) dias corridos**, contado do recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

5.4. Os serviços deverão ser executados no local indicado pela Administração, nos dias, horários e condições definidos no instrumento de convocação, no Termo de Referência ou neste contrato.

5.5. O recebimento provisório ocorrerá após a execução ou medição dos serviços, para verificação inicial de conformidade técnica, quantitativa, documental e atendimento às condições mínimas exigidas.

5.6. O recebimento definitivo ocorrerá após verificação da conformidade técnica, quantitativa, documental, funcional e, quando aplicável, dos níveis de serviço, indicadores de desempenho e demais parâmetros previstos no Termo de Referência.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, falhas, defeitos, inadequações, desconformidades ou irregularidades posteriormente identificadas na execução dos serviços.

5.8. Serviços recusados, executados de forma inadequada ou em desconformidade deverão ser corrigidos, refeitos ou complementados pela contratada, às suas expensas, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da notificação administrativa, salvo prazo diverso fixado pela fiscalização ou previsto no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.9. A recusa dos serviços deverá ser motivada e registrada pela fiscalização ou pelo setor responsável pelo recebimento.

6. CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS, METODOLOGIA, NÍVEIS DE SERVIÇO E REGULARIDADE DA EXECUÇÃO

6.1. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com as especificações do Termo de Referência, da proposta aceita, deste contrato, da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente e da legislação aplicável.

6.2. Quando aplicável, os serviços deverão observar metodologia, rotinas, cronogramas, relatórios de execução, níveis mínimos de serviço, indicadores de desempenho, critérios de medição, padrões de qualidade e demais parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.

6.3. Quando aplicável, a contratada deverá disponibilizar materiais, equipamentos, ferramentas, sistemas, insumos, licenças, autorizações, certificações, profissionais qualificados ou outros recursos necessários à adequada execução dos serviços, conforme exigido no Termo de Referência.

6.4. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação, qualificação técnica e regularidade exigidas no edital e no Termo de Referência.

6.5. A Administração poderá recusar serviços:

I — em desconformidade com as especificações do Termo de Referência;

- II — executados em local, prazo, forma, metodologia ou periodicidade diversa da autorizada;
- III — sem documentação técnica, relatório de execução ou instrumento de medição exigido;
- IV — sem atendimento aos níveis mínimos de serviço, indicadores de desempenho ou critérios de qualidade previstos;
- V — em desacordo com a proposta vencedora;
- VI — sem licenças, autorizações, certificações ou comprovações exigidas, quando aplicáveis;
- VII — em desconformidade com a legislação aplicável.

6.6. A correção, complementação ou refazimento dos serviços recusados deverá ocorrer sem ônus adicional para a Administração.

7. CLÁUSULA SÉTIMA — DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

7.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

7.2. O gestor do contrato será **[nome, matrícula/cargo]**.

7.3. O fiscal do contrato será **[nome, matrícula/cargo]**.

7.4. Compete ao fiscal do contrato, entre outras atribuições:

- I — acompanhar a execução dos serviços;
- II — verificar a conformidade quantitativa, técnica, documental e, quando aplicável, o atendimento aos níveis de serviço, indicadores de desempenho e critérios de medição;
- III — registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
- IV — comunicar à contratada eventuais irregularidades;
- V — solicitar correção, complementação, refazimento de serviços ou apresentação de documentos;
- VI — atestar a medição ou o recebimento, quando atendidas as condições contratuais;
- VII — comunicar ao gestor do contrato descumprimentos que possam ensejar glosa, retenção, sanção ou outras providências administrativas.

7.5. Compete ao gestor do contrato, entre outras atribuições:

- I — coordenar a execução contratual;
- II — controlar prazos, saldos, pagamentos e vigência;

III — decidir ou submeter à autoridade competente pedidos de alteração, prorrogação, reajuste, revisão ou reequilíbrio;

IV — adotar providências para apuração de responsabilidade, quando necessário;

V — manter os registros da execução contratual no processo administrativo.

7.6. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelo cumprimento integral das obrigações assumidas.

8. CLÁUSULA OITAVA — DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, salvo se expressamente autorizada no Termo de Referência e neste contrato.

8.2. Quando admitida, a subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa da Administração e não afastará a responsabilidade integral da contratada pelo cumprimento das obrigações contratuais.

9. CLÁUSULA NONA — DO PREÇO

9.1. O valor total do contrato é de R\$ [] (**valor por extenso**), conforme itens, quantidades estimadas, unidades de medida e preços constantes da cláusula 1.2.

9.2. No valor contratado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas necessárias ao cumprimento integral do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, deslocamentos, materiais, equipamentos, insumos, seguros, administração, lucro, correções, refazimento de serviços recusados e demais custos incidentes.

9.3. Os preços contratados são aqueles constantes da proposta vencedora e, quando houver, da Ata de Registro de Preços.

10. CLÁUSULA DÉCIMA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento vigente, conforme dotação abaixo:

Órgão	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso

10.2. Quando a execução contratual ultrapassar um exercício financeiro, a dotação relativa aos exercícios subsequentes será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, quando cabível.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado após a medição, o recebimento definitivo dos serviços, a liquidação da despesa e o atesto pela fiscalização, observadas as condições do Termo de Referência, deste contrato e da legislação aplicável.

11.2. A contratada deverá apresentar nota fiscal ou documento fiscal equivalente, acompanhado dos documentos exigidos no Termo de Referência, do relatório de execução, do instrumento de medição ou dos documentos solicitados pela Administração para fins de liquidação.

11.3. A Administração terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para realizar a liquidação da despesa, contado do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, desde que os serviços tenham sido recebidos definitivamente e estejam presentes todos os elementos necessários à conferência da despesa.

11.4. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da finalização da liquidação da despesa, mediante ordem bancária para crédito em conta indicada pela contratada, observada a ordem cronológica de pagamentos e a disponibilidade financeira.

11.5. Nas contratações cujo valor não ultrapasse o limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, os prazos de liquidação e pagamento poderão ser reduzidos pela metade, quando assim definido no Termo de Referência ou no instrumento convocatório.

11.6. O prazo de liquidação poderá ser prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.7. O prazo necessário à correção de inconsistências na execução do objeto, na nota fiscal, no relatório de execução, no instrumento de medição ou no instrumento de cobrança equivalente não será computado para fins de contagem dos prazos de liquidação e pagamento.

11.8. Antes do pagamento, a Administração poderá verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade exigidas no edital e no contrato.

11.9. A eventual perda de condição de habilitação ou regularidade, por si só, não autoriza a retenção automática do pagamento de parcela efetivamente executada e recebida, devendo a

Administração notificar a contratada para regularização, sem prejuízo da apuração de responsabilidade quando cabível.

11.10. Poderão ser realizadas retenções tributárias, previdenciárias ou outras legalmente previstas.

11.11. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo de liquidação e pagamento ficará suspenso até a regularização, sem ônus para a Administração.

11.12. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo ficará suspenso até sua regularização, preservada, quando aplicável, a posição da despesa na ordem cronológica.

11.13. Em caso de atraso de pagamento imputável exclusivamente à Administração, o valor devido poderá ser atualizado monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA, sem prejuízo da apuração de responsabilidade quando cabível.

11.14. Na hipótese de multa definitivamente aplicada, a Administração poderá compensar o valor com créditos devidos à contratada, observados o contraditório, a ampla defesa e a legislação aplicável.

11.15. O pagamento será realizado na conta bancária indicada pela contratada:

Banco	Agência	Operação	Conta	Titular

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

12.2. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. Em caso de atraso ou não divulgação do IPCA, a Administração poderá utilizar a última variação conhecida, liquidando eventual diferença quando divulgado o índice definitivo.

12.5. Caso o IPCA seja extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado o índice oficial que vier a substituí-lo. Na ausência de substituto legal, as partes elegerão novo índice oficial por meio de termo aditivo.

12.6. O reajuste poderá ser formalizado por apostilamento, desde que preservadas as condições legais e contratuais.

12.7. A revisão ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser requerida quando houver fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que altere substancialmente os custos da contratação, observada a comprovação documental e a legislação aplicável.

12.8. O pedido de revisão ou reequilíbrio deverá ser instruído com documentos idôneos que demonstrem o fato gerador, o impacto efetivo nos custos, a relação de causalidade e a compatibilidade do preço pleiteado com os valores praticados no mercado.

12.9. Não se aplica repactuação quando o objeto consistir em prestação de serviços comuns sem dedicação exclusiva de mão de obra, sem prejuízo do reajuste por índice e da revisão ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses legais.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. São obrigações da contratada:

I — cumprir integralmente as condições deste contrato, do edital, do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços, quando houver, e da proposta aceita;

II — prestar os serviços contratados nos preços, prazos, locais, níveis de serviço e condições estabelecidos;

III — executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas, metodologia, critérios de medição e demais exigências aplicáveis;

IV — corrigir, refazer ou complementar serviços recusados, defeituosos ou em desconformidade, às suas expensas;

V — responsabilizar-se pelos vícios, falhas, defeitos, danos ou prejuízos decorrentes dos serviços prestados;

VI — manter, durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade exigidas na licitação;

VII — comunicar à Administração, imediatamente e de forma justificada, qualquer fato que possa comprometer o cumprimento das obrigações contratuais;

- VIII — responsabilizar-se por tributos, encargos, deslocamentos, materiais, equipamentos, seguros e demais custos necessários à prestação dos serviços;
- IX — observar normas técnicas, ambientais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de segurança e demais normas aplicáveis;
- X — não transferir a terceiros as obrigações assumidas, salvo autorização expressa da Administração, quando admitida;
- XI — atender às solicitações de fiscalização, diligência e comprovação documental formuladas pela Administração;
- XII — reparar integralmente danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. São obrigações da contratante:

- I — emitir Ordem de Serviço, autorização de serviço, nota de empenho ou instrumento equivalente, quando necessário;
- II — indicar local, prazo, horário, quantitativo e condições de execução dos serviços;
- III — medir, receber provisória e definitivamente os serviços, quando atendidas as condições pactuadas;
- IV — fiscalizar a execução contratual;
- V — comunicar irregularidades e solicitar correções, refazimentos, complementações ou esclarecimentos;
- VI — efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições de medição, liquidação, atesto e regularidade;
- VII — decidir pedidos de reajuste, revisão, reequilíbrio, prorrogação ou alteração contratual, quando cabíveis;
- VIII — instaurar procedimento de apuração de responsabilidade quando houver descumprimento contratual;
- IX — manter registro das ocorrências relacionadas à execução do contrato.

14.2. A Administração não responderá por compromissos assumidos pela contratada perante terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros por ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não será exigida garantia ordinária de execução contratual, prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o modelo de execução, a forma de pagamento posterior à medição e ao recebimento dos serviços e os mecanismos de acompanhamento e fiscalização estabelecidos neste instrumento.

15.2. A ausência de garantia ordinária não afasta a responsabilidade integral da contratada pelo cumprimento das obrigações assumidas, nem impede a aplicação das sanções, multas, glosas, indenizações e demais medidas previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratada que:

- I — der causa à inexecução parcial do contrato;
- II — der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III — der causa à inexecução total do contrato;
- IV — ensejar o retardamento da execução ou da prestação dos serviços sem motivo justificado;
- V — apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI — praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII — comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII — praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

16.2. Poderão ser aplicadas à contratada, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:

- I — advertência;
- II — multa;
- III — impedimento de licitar e contratar;
- IV — declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.3. A advertência será aplicada quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar penalidade mais grave.

16.4. O impedimento de licitar e contratar será aplicado nas hipóteses previstas nos incisos II, III e IV do item 16.1, quando não se justificar penalidade mais grave, e impedirá a contratada de

licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.5. A declaração de inidoneidade será aplicada nas hipóteses previstas nos incisos V, VI, VII e VIII do item 16.1, bem como nas hipóteses dos incisos II, III e IV que justifiquem penalidade mais grave, impedindo a contratada de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.6. Das multas

16.6.1. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, observados os limites legais, a proporcionalidade e a dosimetria.

16.6.2. O atraso injustificado na execução ou conclusão dos serviços sujeitará a contratada à multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida.

16.6.3. Atingido o limite de 10% (dez por cento) previsto no item anterior, a Administração poderá converter a multa moratória em multa compensatória, promover a extinção unilateral do contrato e aplicar cumulativamente outras sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.6.4. Pela inexecução parcial do objeto, poderá ser aplicada multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

16.6.5. Pela inexecução total do objeto, poderá ser aplicada multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou sobre o valor da obrigação não executada, conforme a extensão do inadimplemento e a dosimetria da sanção.

16.6.6. As multas previstas neste contrato não poderão, isolada ou cumulativamente, ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor do contrato, observado o limite legal da Lei nº 14.133/2021.

16.6.7. A aplicação de multa não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

16.6.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

16.6.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa definitivamente aplicada poderá ser recolhida administrativamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento da comunicação da decisão definitiva.

16.7. Da dosimetria e do processo administrativo sancionador

16.7.1. Na aplicação das sanções, serão considerados:

- I — a natureza e a gravidade da infração;
- II — as peculiaridades do caso concreto;
- III — as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV — os danos causados à Administração;
- V — a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável.

16.7.2. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório, a ampla defesa, a produção de provas e a decisão motivada.

16.7.3. Antes da aplicação da multa, será facultada defesa à contratada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7.4. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade observará o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à instauração de processo de responsabilização, comissão processante, defesa escrita, produção de provas, alegações finais e decisão motivada.

16.7.5. Caberá recurso ou pedido de reconsideração contra as sanções aplicadas, nos prazos e condições previstos na Lei nº 14.133/2021.

16.7.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

16.7.7. As sanções aplicadas deverão ser registradas nos cadastros e meios oficiais cabíveis, inclusive CEIS e CNEP, quando aplicável, observada a legislação pertinente.

16.7.8. A aplicação de sanção não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração, nem impede a extinção contratual quando cabível.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 137 a 139, sem prejuízo das sanções cabíveis.

17.2. A extinção contratual poderá ser:

- I — determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos em lei;
- II — consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse público;
- III — determinada por decisão arbitral, quando cabível, ou por decisão judicial.

17.3. A extinção deverá ser formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando houver imputação de descumprimento à contratada.

17.4. A extinção do contrato não afasta a responsabilidade da contratada por obrigações pendentes, vícios, danos, sanções ou reparação integral de prejuízos causados à Administração.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses e limites previstos na Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa e formalização adequada.

18.2. A contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observados os limites legais.

18.3. As alterações contratuais deverão preservar a natureza do objeto, a vantajosidade, a motivação administrativa e o equilíbrio econômico-financeiro, quando cabível.

18.4. Quando o contrato decorrer de Ata de Registro de Preços, eventual alteração contratual não autoriza acréscimo dos quantitativos registrados na Ata.

18.5. Alterações que não modifiquem substancialmente o contrato e que sejam admitidas pela legislação poderão ser formalizadas por apostilamento, quando cabível.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA — DA PROTEÇÃO DE DADOS, INTEGRIDADE E CONDUTA ÉTICA

19.1. As partes deverão observar a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, quando houver tratamento de dados no curso da execução contratual.

19.2. A contratada deverá adotar conduta ética, íntegra e compatível com o interesse público, abstendo-se de praticar atos de fraude, corrupção, conluio, favorecimento indevido ou quaisquer atos lesivos à Administração Pública.

19.3. A prática de ato lesivo à Administração sujeitará a contratada às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo da aplicação da legislação anticorrupção.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA — DA PUBLICIDADE E EFICÁCIA

20.1. A divulgação do contrato e de seus aditivos no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP é condição indispensável para sua eficácia, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20.2. A Administração providenciará a divulgação do contrato e de seus aditivos nos prazos legais, sem prejuízo da publicação em outros meios oficiais, quando exigida pela regulamentação aplicável.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA — DAS COMUNICAÇÕES

21.1. As comunicações entre a Administração e a contratada ocorrerão preferencialmente por meio eletrônico, pelos endereços indicados na proposta, no cadastro da contratada, no sistema eletrônico da licitação ou em outro meio oficialmente informado.

21.2. A contratada é responsável por manter seus dados cadastrais atualizados durante toda a vigência contratual.

21.3. A comunicação enviada ao endereço eletrônico informado pela contratada será considerada válida, salvo comprovação de erro imputável à Administração.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA — DO FORO

22.1. Fica eleito o foro da Comarca de **Juazeiro**, Estado da **Bahia**, para dirimir questões decorrentes deste contrato que não possam ser solucionadas administrativamente, ressalvadas as competências legais dos órgãos de controle.

22.2. E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente contrato, preferencialmente por meio eletrônico, para que produza seus efeitos legais.

Juazeiro/BA, xx de xxxxxx de 2026.

Representante da Contratante
Cargo

Contratada
Representante legal

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2026
MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO – MENOR PREÇO

_____(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____(CNPJ Nº), sediada no
(a) _____(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre,
plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade, ____de _____de 2026.

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CARGOS RESERVADOS PREVISTO EM LEI

_____(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____(CNPJ Nº), sediada no
(a) _____(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que a empresa
possui a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência
Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei
nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Cidade, ____de _____de 2026.

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2026

MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO – MENOR PREÇO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico nº XX/2026**, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO/BA, que a empresa (nome completo) – CNPJ n.º _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

Cidade, ____ de _____ de 2026.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



ANEXO VIII
MODELO DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 68, INCISO VI, DA LEI 14.133/2021).

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2026
MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO – MENOR PREÇO

A signatária _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, declara para os devidos fins do disposto no art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Sim () Não ()

Cidade, ____ de _____ de 2026.

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).



ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A
INTEGRALIDADE DOS CUSTOS (art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2026
MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO – MENOR PREÇO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, declara para os devidos fins do disposto no art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade, ____ de _____ de 2026.

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).

ANEXO X
FORMULÁRIO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO

DA PROPONENTE

Razão Social da proponente: _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP: _____
Cidade _____, Estado _____
CNPJ nº _____
Inscrição Estadual nº _____
Inscrição Municipal/ISS (alvará) nº _____ NIRE: _____
Nº do telefone _____

DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome do representante legal autorizado para assinatura do contrato, (AAC): _____

Função do representante legal, (AAC), _____
Endereço do representante legal, (AAC), _____
Estado civil do Representante Legal _____
Profissão do Representante Legal _____
RG nº _____ Órgão emissor _____
CPF nº _____
E-mail _____

_____, _____ de _____ 2026.

Assinatura e Identificação do Responsável da Empresa

OBS: Este documento deverá ser apresentado junto com a documentação de Habilitação
OBS: A não apresentação desse formulário não implica na inabilitação da licitante.